

Itatiaiuçu



MATERIAL DE TRABALHO

PERFIL MUNICIPAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Itatiaiuçu	14
Figura 2: Unidades de Conservação no município de Itatiaiuçu	35
Figura 3: Reservas legais cadastradas no CAR.....	36
Figura 4: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Itatiaiuçu	47
Figura 5: Tipos e ocupação de domicílios, Itatiaiuçu.....	48
Figura 6: Taxa de vacância fundiária, Itatiaiuçu	50
Figura 7: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH	53
Figura 8: Carta de Vulnerabilidade Natural, Itatiaiuçu	54
Figura 9: Composição déficit habitacional, Itatiaiuçu	57
Figura 10: Domicílios precários, Itatiaiuçu.....	58
Figura 11: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH	63
Figura 12: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH.....	64
Figura 13: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH	65
Figura 14: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH.....	66
Figura 15: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos	67
Figura 16: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH	68
Figura 17: Zonas Especiais de Interesse Social, Itatiaiuçu	70
Figura 18: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Itatiaiuçu, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	78
Figura 19: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Itatiaiuçu, Belo Horizonte e RMBH	81
Figura 20: Número de viagens realizadas entre Itatiaiuçu e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 201	83
Figura 21: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Itatiaiuçu, anos de 2002 e 2012.	86
Figura 22: Distribuição das viagens produzidas em Itatiaiuçu por modo de transporte, em 2002 e 2012.....	88

Figura 23: Distribuição das viagens produzidas em Itatiaiuçu por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.	90
Figura 24: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Itatiaiuçu.....	96
Figura 25: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Itatiaiuçu....	101
Figura 26: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Itatiaiuçu	101
Figura 27: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Itatiaiuçu	102
Figura 28: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Itatiaiuçu	104
Figura 29: polígonos cadastrados no DNPM situados em Itatiaiuçu e seu entorno... ..	111
Figura 30: valor da produção mineral comercializada por município – 2013	112
Figura 31: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013	113
Figura 32: Minerações estabelecidas na Serra de Itatiaiuçu, MG	114
Figura 31: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Itatiaiuçu-MG e RMBH. 2004-2014.....	120
Figura 32: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Itatiaiuçu e RMBH. 2004, 2014.....	121
Figura 33: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Itatiaiuçu, RMBH.	124
Figura 34: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Itatiaiuçu. 2000.....	128
Figura 35: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Itatiaiuçu. 2010.....	129
Figura 36: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.	130
Figura 37: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.	130
Figura 38: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Itatiaiuçu e RMBH.....	134
Figura 39: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Itatiaiuçu.....	138
Figura 40: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Itatiaiuçu	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Bens Protegidos do município de Itatiaiuçu, 2017	19
Quadro 2: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural.....	20
Quadro 3: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002.....	21
Quadro 4: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2012.....	21
Quadro 5: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016.....	21
Quadro 6: Festas e eventos de Itatiaiuçu.....	31
Quadro 7: repasse total de ICMS ecológico para o município de Itatiaiuçu.....	37
Quadro 8: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Itatiaiuçu.....	38
Quadro 9: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Itatiaiuçu	45
Quadro 10: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Itatiaiuçu.....	52
Quadro 11: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Itatiaiuçu.....	73
Quadro 12: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Itatiaiuçu	74
Quadro 13: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Itatiaiuçu, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	77
Quadro 14: Viagens cotidianas realizadas em Itatiaiuçu, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012.....	80
Quadro 15: Divisão percentual das viagens com origem em Itatiaiuçu, por destino da viagem, em 2002 e 2012	83
Quadro 16: Divisão dos destinos das viagens com destino a Itatiaiuçu, por origem da viagem, em 2002 e 2012	84
Quadro 17: Distribuição das viagens com origem em Itatiaiuçu e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	85
Quadro 18: Distribuição das viagens com destino a Itatiaiuçu com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	87
Quadro 19: População total e urbana (2000 e 2010), Itatiaiuçu e RMBH	100
Quadro 20: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Itatiaiuçu	103

Quadro 21: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Itatiaiuçu.....	106
Quadro 22: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Itatiaiuçu	107
Quadro 23: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Itatiaiuçu	115
Quadro 24: participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Itatiaiuçu	116
Quadro 25: PIB a preços correntes. 2004-2014. Itatiaiuçu e RMBH	119
Quadro 26: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Itatiaiuçu e RMBH. 2004, 2014.....	122
Quadro 27: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Itatiaiuçu, RMBH. 2007, 2011, 2015	123
Quadro 28: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Itatiaiuçu. 2005 – 2015	125
Quadro 29: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 – 2015	127
Quadro 30: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Itatiaiuçu e RMBH.....	131
Quadro 31: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Itatiaiuçu e RMBH.....	134
Quadro 32: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Itatiaiuçu, RMBH e Brasil	135
Quadro 33: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Itatiaiuçu	138

SUMÁRIO

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	7
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	7
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	10
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	10
2.2 Inserção regional.....	13
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS	17
4 CULTURA E PATRIMÔNIO	18
4.1 Patrimônio Cultural.....	18
4.2 Política cultural e diversidade	24
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	32
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais	33
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos	37
5.3 Conflitos ambientais.....	41
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	42
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	44
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	44
6.2 Zoneamento ecológico-econômico	50
7 HABITAÇÃO.....	55
7.1 Quadro Habitacional	55
7.2 Produção habitacional de interesse social.....	59
7.3 Bem-estar urbano	60
7.4 Zonas Especiais.....	69
8 MOBILIDADE URBANA	71

8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	72
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação	76
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo	82
9	AGRICULTURAS	92
9.1	Produção.....	94
9.2	Emprego.....	99
9.3	Estrutura Agrária.....	102
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	104
10	MINERAÇÃO.....	109
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Itatiaiuçu	110
10.2	A atividade minerária no território municipal de Itatiaiuçu.....	113
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	117
11.1	Produção.....	118
11.2	Emprego e Renda	122
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade	132
11.4	Finanças Públicas.....	137
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Itatiaiuçu, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Itatiaiuçu;
- Municiar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem como da situação de

trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história

do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Itatiaiuçu, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor sudoeste, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

2.1 História do município e formação político-administrativa

Consta que a região onde atualmente se encontra o município de Itatiaiuçu era habitada pelos índios Cataguases, emboabas e mesmo de outras etnias, dizimados pelos colonizadores chegados com as bandeiras. O próprio topônimo do município deriva da designação indígena para a serra que o circunda, sendo um vocábulo Tupi que significa: Ita = pedra + tiaia = dentada + açu = grande (“a grande pedra dentada”).

O site da Prefeitura Municipal indica que

Ainda hoje, em muitos lugares, quando são feitas escavações em terrenos no meio rural, principalmente arando a terra, em preparação para o plantio ou abrindo estradas, são encontrados muitos objetos que eram usados pelos índios, como cachimbos, machados de pedra, panelas de barro, colares, etc. (ITATIAIUÇU, 2017).

Segundo informações obtidas no IBGE, o povoamento do território do atual município de Itatiaiuçu remonta ao Século XVII e está ligado à presença de bandeirantes paulistas na região, que “vencidos na guerra dos Emboabas, embrenharam-se pelos sertões do oeste da província, liderados por Borba Gato, em busca do ouro da serra do Itatiaiuçu” (IBGE, site Cidades).

Consta que na época do desbravamento, teria sido Borba Gato um dos primeiros a povoar as terras de Itatiaiuçu, quando fugia à perseguição dos Emboabas. A procura do ouro foi se intensificando com a chegada de novos garimpeiros e escravos, crescendo rápido o núcleo. O produto da garimpagem era armazenado na casa de Reserva, seguindo daí para Sabará. A serra de Itatiaiuçu, desde o ano de 1693, servia de baliza àqueles que buscavam as riquezas das Gerais e Goiás. (ver <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/itatiaiuçu.pdf>)

O site da Prefeitura, por sua vez, relata que

A história de Itatiaiuçu, propriamente dita, começa quando Bartolomeu Bueno de Siqueira, bandeirante, saindo da região dos campos em frente ao Itatiaia, parecendo-lhe ver nos recortes da serra do Morro Velho Itacolomi, só conseguiu certificar-se que estava enganado. Recordou-se então que em Santana do Paraopeba era corrente entre os índios, a notícia de uma serra chamada Itatiaia. Assim no ano de 1663 era descoberta Itatiayussú (assim foi escrito por vários anos) que na linguagem indígena significa Pedra/Pontada ou Denteada/Grande. Esta terra viria anos mais tarde a ser explorada principalmente por paulistas e portugueses devido à presença de ouro. (ITATIAIUÇU, 2017).

Muitos exploradores acabaram por se fixar no lugar, surgindo daí um povoado. Em meados do século XVII o ouro de Itatiaiuçu já era conhecido pelos

portugueses, tendo-se o registro da instalação de Jerônimo Pedroso de Barros e seu irmão Valentim Pedroso de Barros na região, no ano de 1701. Em 1703, Itatiaiuçu já era curato e no ano seguinte acontece a fundação do arraial de Itatiaiuçu pelo bandeirante Mateus Leme.

A mineração marca o município ao longo de sua história, até os anos recentes. Em 1940 José Mendes Nogueira inicia a exploração de minério na serra de Itatiaiuçu. Ainda hoje as principais atividades econômicas do município são as do setor secundário, notadamente indústrias de extração e transformação mineral. A atividade mineradora inclusive encontra-se em expansão e tem atraído grande número de pessoas para a cidade, trabalhadores muitas vezes temporários e sem vínculos ou identidade com o local.

De acordo com o IBGE, foi o seguinte o processo de formação administrativa de Itatiaiuçu:

- Distrito criado com a denominação de Itatiaiuçu, pela Lei Provincial nº 471 ou 571, de 01-06-1850 e Lei Estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Bonfim;
- Pela Lei Estadual nº 319, de 16-09-1901, o distrito de Itatiaiuçu, é transferido do município de Bonfim para o novo município de Itaúna;
- Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Itatiaiuçu, figura no município de Itaúna. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.
- Pela Lei nº 336, de 27-12-1948, o distrito de Itatiaiuçu, teve sua grafia alterada para Itatiaiuçu.
- Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Itatiaiuçu (ex-Itatiaiuçu), figura no município de Itaúna. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.
- Elevado à categoria de município com a denominação de Itatiaiuçu, pela Lei Estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Itaúna. Sede no antigo distrito de Itatiaiuçu. Constituído de 2 distritos:

Itatiaiuçu e Santa Terezinha de Minas, criado pela esta mesma lei acima citado.

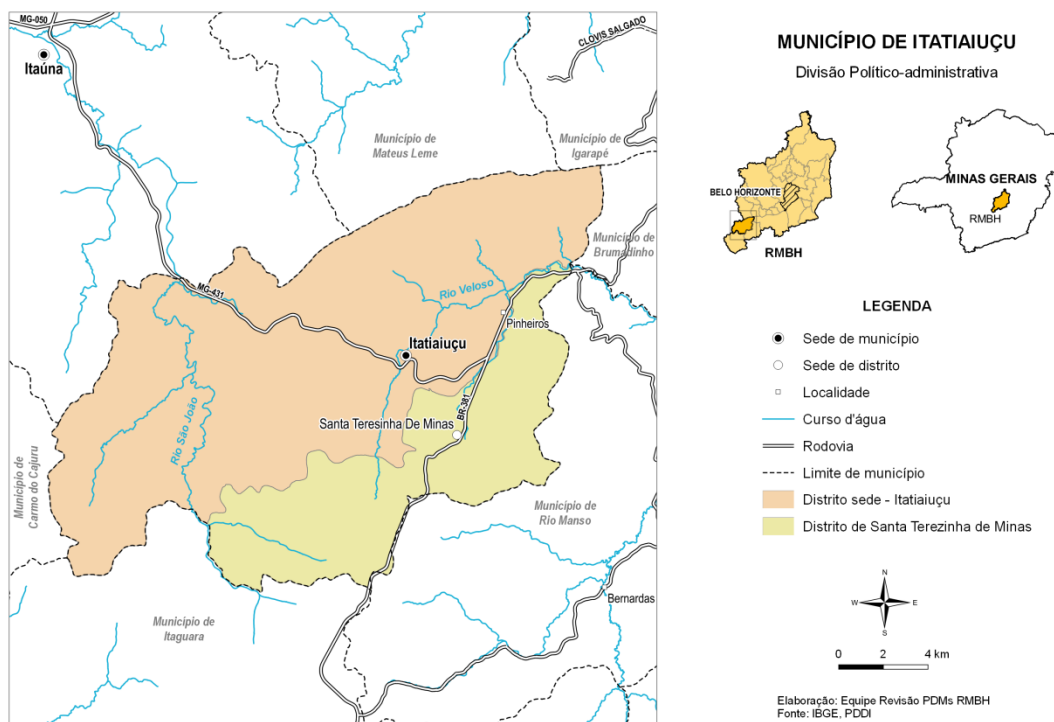
- Instalado em 01-03-1963. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 2 distritos: Itatiaiuçu e Santa Terezinha de Minas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

2.2 Inserção regional

O município de Itatiaiuçu está inserido na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na macrorregião Central e microrregião de Itaguara. Seu principal acesso à capital é via BR-381, com distância de 58 km. Faz limite com os municípios de Igarapé, Mateus Leme, Itaúna, Carmo do Cajuru, Itaguara, Rio Manso e Brumadinho. Participa da AMECO - Associação dos Municípios do Médio Centro-Oeste e não pertence oficialmente a nenhum circuito turístico.

Atualmente é formado por seu distrito-sede e pelo distrito de Santa Teresinha de Minas, conforme pode ser visto na Figura a seguir.

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010

Itatiaiuçu pertence ao vetor sudoeste, de acordo com as tendências identificadas no PDDI e atualizadas no projeto do Macrozoneamento. O vetor sudoeste é marcado pelos desdobramentos do vetor de expansão industrial oeste sobre os demais municípios do entorno – principalmente ao longo dos eixos viários da BR-381 e pela MG-050 – e pelo processo de descentralização industrial que se reflete num espraiamento e numa diversificação da atividade industrial. Juntamente com esse processo se observa a expansão da urbanização de caráter periférico – conforme descrito no projeto do Macrozoneamento – e não raro precária e/ou informal nos municípios tanto do vetor oeste como do vetor sudoeste.

O vetor apresenta atividade metalúrgica e siderúrgica, mas também atividades das indústrias alimentícias, de bebidas e de móveis. No entanto, chama a atenção o aumento dos investimentos e projetos ligados a atividades minerária na última década ao longo da formação de serras do quadrilátero ferrífero. O crescimento dessa atividade no vetor influencia a dinâmica industrial, mas também põe em evidência um conflito crescente entre a atividade de extração e a preservação

ambiental, cultural (especialmente em relação às serras) e, principalmente, hídrica devido não somente aos reservatórios dedicados ao abastecimento da RMBH (como o de Rio Manso), mas também às áreas de recarga das principais bacias hidrográficas do vetor.

Itatiaiuçu, apesar de distante do centro dinâmico da expansão urbano-industrial do vetor sudoeste, compartilha fortemente a dinâmica do aumento dos investimentos e dos projetos do setor de extração mineral ligada ao Quadrilátero Ferrífero (com investimentos da AcelorMittal, MMX, Usiminas e Ferrous). A intensa extração mineral, principalmente na Serra de Itatiaiuçu, revela o conflito entre a atividade e preservação do patrimônio cultural e ambiental relacionado não só com a Serra no município, mas com todo o complexo de serras da RMBH. Esse conflito só se agrava quando consideramos a proximidade do município do reservatório de abastecimento hídrico de Rio Manso e os possíveis desdobramentos sobre o município vizinho da atividade mineral.

Destaca-se ainda, nesse contexto, e mais uma vez pela presença da Serra, o potencial municipal para o turismo e para o ecoturismo ligado ao patrimônio ambiental e cultural da região. Participante da Unidade Geoambiental da Porção Sul do Médio Paraopeba, que abrange também os municípios de Brumadinho, Itaguara e Rio Manso, Itatiaiuçu integra o conjunto paisagístico denominado Rio Manso/Serra do Itatiaiuçu,

o qual é composto por elementos marcantes como o Pico do Itatiaiuçu, no município de Itatiaiuçu, o Museu de Arte Contemporânea e Jardim Botânico do Instituto Inhotim, em Brumadinho, e o Sistema Rio Manso da Copasa, nos municípios de Rio Manso, Brumadinho e Itatiaiuçu.

O conjunto possui ainda grande riqueza do ponto de vista cultural, como bens patrimoniais materiais e imateriais, muitos destes tombados, comunidades tradicionais, manifestações culturais, como as guardas de congo e Moçambique, e artesanato em tear. Em relação à proteção ambiental existem a Área de Preservação Estadual Especial Rio Manso e a Reserva Particular de Patrimônio Natural Inhotim. De uma maneira geral,

destaca-se um forte traço rural nos municípios que envolvem esse conjunto. (UFMG, 2011, p. 109/110).

3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS

ESPERAR REVISÃO CLARICE

4 CULTURA E PATRIMÔNIO

4.1 Patrimônio Cultural

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural nos municípios.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório.

4.1.1 Bens Protegidos

No que tange aos bens protegidos no município de Itatiaiuçu, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;

- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, o institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em um dado atualizado dos bens protegidos.

Quadro 1: Bens Protegidos do município de Itatiaiuçu, 2017

Município	N Decreto de Tombamento ou Registro	Denominação do Bem Cultural Tombado ou Edificado	Nível de Proteção	Categoria
Itatiaiuçu	Lei orgânica (art.214, II)	Cachoeira de São José ou dos Chaves	Municipal	CP
Itatiaiuçu	D. 2362/ 2002	Centro Recreativo Desportivo e Comunitário de Itatiaiuçu Antônio Penido Guimarães	Municipal	BI
Itatiaiuçu	D. 2361/ 2002	Escola Municipal João Marques Machado	Municipal	BI
Itatiaiuçu	Lei orgânica (art.214, I)	Igreja Matriz de São Sebastião	Municipal	BI
Itatiaiuçu	-	Imagem Cristo Redentor	Municipal	BM
Itatiaiuçu	D. 2442/ 2003	Monumento Cristo Redentor	Municipal	BI
Itatiaiuçu	Lei orgânica (art.214, III)	Pico da Serra Grande (Pico do Itatiaiuçu)	Municipal	CP

Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017

4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL:
- Educação patrimonial:
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo do pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. A seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Itatiaiuçu em três exercícios, a saber:

Quadro 2: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural

MUNICÍPIO	ICMS EXERCÍCIO 2017	ICMS EXERCÍCIO 2015	ICMS EXERCÍCIO 2013
Itatiaiuçu	7,24	6,34	6,00

Fonte: IEPHA/MG - 2017

O aumento ou diminuição da pontuação se refletirá diretamente nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. O município de Itatiaiuçu manteve uma média em relação à pontuação nesses anos apresentados

sendo que em 2016 (exercício 2017) ela foi maior. Esse fato refletiu diretamente no repasse de verbas ao Município como veremos nos quadros a seguir.

4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Itatiaiuçu obteve os seguintes repasses:

Quadro 3: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
2.596,97	521,65	502,42	549,35	525,97	544,51	585,37	589,75	631,08	614,38	631,69	651,67	8.944,81

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012, o município de Itatiaiuçu obteve um aumento considerável com os seguintes valores de repasses:

Quadro 4: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2012

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
8.055,88	7.466,93	7.708,15	7.689,68	7.981,86	8.069,31	8.487,39	8.208,97	8.541,44	8.618,54	8.546,50	9.555,51	98.930,00

Fonte: FJP/CEPP 2012

Já em 2016, último ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, aumentou substancialmente os repasses, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 5: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
11.293,51	10.187,28	11.321,45	11.355,80	11.638,09	11.351,67	11.527,76	11.803,04	11.938,93	11.912,40	12.227,28	12.473,84	139.031,05

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação apontaria para um avanço em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu conseqüente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas informações as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos. O município de Itatiaiuçu apresentou o inventário ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu website, é possível verificar se o inventário foi entregue. Não é possível acessá-lo virtualmente.

4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural

O dado existe através das seguintes legislações:

- A Lei Orgânica Nº 07/2016 (Art. 173) diz que constitui patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória do povo itatiaiuçuense, entre os quais se incluem:
 - o I – as formas de expressão;
 - o II – os modos de criar, fazer e viver;
 - o III – as criações tecnológicas, científicas e artísticas;
 - o IV – as obras, os objetos, os documentos, as edificações e outros espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;
 - o V – os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Além disso, diz que as áreas públicas, especialmente os parques, os jardins e as praças, são abertos às manifestações culturais sem fins lucrativos e compatíveis com a preservação do patrimônio ambiental, paisagístico, arquitetônico e histórico e que o Município, com a colaboração da sociedade civil, protegerá o seu patrimônio histórico e cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação.

As legislações são importantes do ponto de vista normativo para a proteção do Patrimônio Cultural, mas não estabelece a proteção de nenhum bem em especial acrescenta conteúdo ao processo de revisão do Plano Diretor local pois revela informações mais abrangentes sobre as normas e bens protegidos do patrimônio Cultural

4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural

O dado existe para o município de Itatiaiuçu. O Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC foi instituído pela Lei N° 1.142/2011.

A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor

O dado existe na Lei N° 1.009 de 30 de novembro de 2006 que instituiu o Plano Diretor Participativo do Município de Itatiaiuçu. O plano diretor determina a área urbana e de expansão urbana a seguinte zona:

- Zona Especial de Interesse de Preservação Ambiental, Cultural, Histórico, Arquitetônico e / ou Paisagístico (ZEIP) (Art. 7);

Entretanto não houve a delimitação no mapa de macrozoneamento desta zona.

4.2 Política cultural e diversidade

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Itatiaiuçu tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem – é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta

visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Itatiaiuçu.

4.2.1 Institucionalidade e política cultural

O município de Itatiaiuçu não conta com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, sendo tal responsabilidade assumida pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Esportes e Cultura. É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

¹ O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual "A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...".

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura², entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Itatiaiuçu não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, não implantou seu Sistema Municipal de Cultura e tampouco elaborou seu Plano Municipal de Cultura.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014³, realizada pelo IBGE, as principais ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Itatiaiuçu era, àquela época: promoção e apoio a iniciativas culturais específicas para o campo da diversidade cultural, com foco nas culturas populares; desenvolvimento de programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização da Biblioteca pública, teatro e centro cultural; apoio financeiro às festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares locais. Segundo apurado, tais ações são realizadas basicamente com recursos próprios do orçamento municipal.

² Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

³ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, a Lei no. 1.009/2006 (Lei do Plano Diretor) cria o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Artificial, Cultural, Histórico, Arquitetônico e Paisagístico. Entretanto, foi relatado no Diagnóstico Rápido Participativo - DRP do município⁴ que o Conselho não atuava na prática:

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, o município conta com o Conselho Municipal de Cultura, com caráter deliberativo, fiscalizador e paritário. Segundo entrevistados no município, o mesmo estava pouco atuante à época das entrevistas. O município não realizou conferência municipal ou intermunicipal de cultura em 2009. (LIBÂNIO, 2012, p. 47)

Não foram encontradas informações mais atualizadas e, segundo dados recolhidos junto ao Governo do Estado e o Ministério da Cultura o município não realizou nenhuma Conferência Municipal de Cultura e tampouco enviou representantes para as conferências estaduais e nacionais de cultura.

É importante destacar que a estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição das práticas e manifestações da cultura. Nesse sentido, foi possível apurar que a cidade dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais.

Conforme expresso no DRP antes mencionado,

Itatiaiuçu não conta com espaços preparados especialmente para as práticas culturais. Muitas apresentações são feitas na praça, no coreto ou mesmo na rua. A falta de espaços faz com que muitas atividades culturais

⁴ Diagnóstico e plano de ação construído coletivamente com os agentes locais durante a Oficina de elaboração de projetos culturais da Ohm Cultura / Artmanagers / Usiminas, 2012.

deixem de ser realizadas, ou que sejam direcionadas para as cidades vizinhas, notadamente Itaúna, que oferece espaços diversificados.

Os principais espaços e equipamentos utilizados para a cultura na cidade são a Biblioteca Pública Municipal Antônia Joaquina Ferreira Pena, o auditório da Escola Estadual, o ginásio poliesportivo e o Parque de exposições.

Há projeto para implantação de um Centro de Inclusão Produtiva, em parceria com o Governo Federal, que atenderia aos artesãos. Encontra-se também em fase de licitação a construção de um Centro Cultural, que contará com teatro com 350 lugares, biblioteca, memorial e a sede do departamento de cultura. Ficará no bairro Pio XII, mesmo local onde está o Parque de Exposições, construído recentemente. (LIBÂNIO, 2012, p. 48/49)

Nas entrevistas recentes, buscou-se atualizar tais informações e foram mencionados como espaços importantes a Igreja Matriz de São Sebastião, onde ocorre a Festa de São Sebastião e o Centro Cultural. Em 2014 foi também inaugurada a Casa da Juventude, situada à Rua Otávio Antunes Moreira, nº 32, no Centro de Itatiaiuçu, ligada à igreja católica, onde são oferecidas atividades culturais, de lazer e de evangelização para os jovens.

Já o Centro de Artesanato Lazara Ana da Silva, situado à Rua Fernão Dias, 530, Centro, é a sede da ACIRPA Itatiaiuçu - Associação dos Artesãos e Produtores Rurais, onde são expostos trabalhos dos artesãos da região.

Além disso, são várias as praças e quadras no município, usadas para encontros, socialização e práticas esportivas. Entre elas realçam:

- No Centro: Praça Antônio Quirino da Silva; Praça Tiradentes; Praça Vereador José Fonseca;
- No bairro Robert Kennedy: Praça do Minério; Praça Eunice Antunes Fonseca Lima; Praça Jorge José da Cunha; Praça José Paulo da Silva; Praça Vereador Dilton Eustáquio da Silva;

- No Pio XII: Praça sem denominação oficial; Praça Jair Borges Ribeiro;
- No São Francisco: Praça Aurélio Rodrigues Chaves;
- No povoado de Pedras: Praça Vereador Aureliano José de Resende;
- Em Pinheiros: Praça Nossa Senhora Aparecida;
- Em Santa Terezinha: Praça do Cruzeiro; Praça Artur Pereira de Oliveira;
- Em Ponta da Serra: Praça Benvido do Nascimento; Praça Valdir Domingos e Praça sem denominação oficial – Faixa de domínio do DER.

4.2.2 Diversidade cultural

As informações disponíveis para Itatiaiuçu na MUNIC 2014 apontam a presença de atividades artísticas e culturais no município, nas áreas da música - incluindo coral e banda – e do artesanato, principalmente nas áreas dos produtos em barro, fibras vegetais e tapeçaria.

O DRP Cultural apontava em 2012 que havia uma série de manifestações locais, mas que sua identificação era difícil em virtude da ausência de informações sistematizadas na própria prefeitura:

Através das entrevistas e do Grupo de Trabalho foi possível perceber que o perfil cultural do município tem predomínio das manifestações populares, religiosas e folclóricas, além do artesanato, já mencionado.

Como não há um cadastro de artistas e grupos culturais em atividade, não é possível elencar o perfil e a quantidade das manifestações no município. Destacam-se a Folia de Reis, as Fanfarras das escolas e a Corporação Musical Lira São Sebastião. Além disso, registra-se a presença de diversos grupos musicais, como a Banda Line, o Grupo de Seresta, a banda Dtuners, o Grupo de percussão e o cantor Hudson Andrade.

O município conta com uma escola de dança e uma de música. A escola de dança é coordenada por Kamila Andrade de Souza. Essa teve um projeto aprovado na Lei Estadual que consiste na oferta de oficinas em cinco modalidades: ballet, capoeira, dança do ventre, dança de salão e dança de rua. O público atendido será de cerca de 600 pessoas, entre crianças, adultos e terceira idade. Serão atendidas as localidades Itatiaiuçu (sede) e comunidades rurais de Vieiras, Ponta da Serra, Pedras e Santa Terezinha.

Quanto à escola de música, é coordenada por Lúcio Guimarães e oferece aulas particulares nas modalidades de violão e guitarra. Ele também teve projeto aprovado na lei estadual, que consiste em apresentações de música brasileira em quatro cidades da região, além das escolas e bairros periféricos.

Um dos principais problemas dos grupos culturais no município ainda é a sustentabilidade. Ainda não há prática no município de utilização dos mecanismos de renúncia fiscal, estadual ou federal. Entrevistados mencionaram que a principal realizadora de ações culturais no município ainda é a Prefeitura, seja através da promoção de eventos, seja a partir do subvencionamento de projetos e grupos culturais, como a Lira São Sebastião, a Associação dos artesãos e a Folia de Reis e congado. (LIBÂNIO, 2012, p. 50)

Na área do artesanato foi destacada a presença da ACIRPA – Associação dos Artesãos e Produtores Rurais de Itatiaiuçu e região, em atuação desde 2003. À época do DRP, a entidade contava com cerca de 30 associados do município, a maior parte da zona rural. Entre os parceiros e apoiadores estavam a EMATER, com orientação técnica; a Prefeitura, que custeava a sede e os gastos da participação dos artesãos em feiras; e o SEBRAE, com oferta de consultoria e capacitação através do PSA – Programa SEBRAE de Artesanato. De acordo com tal fonte,

Os principais tipos de artesanato produzidos no município estão relacionados à tecelagem e tapeçaria. A maioria é de mulheres, tendo

como carro chefe os produtos em tear mineiro, presente na região há mais de 100 anos. A cerâmica também tem boa aceitação e produção local.

Na área alimentícia, destaque para produtos caseiros, como biscoito de polvilho, broa de fubá, mel, tapioca, milho verde e doces caseiros. (LIBÂNIO, 2012, p. 49)

Na área da música foi mencionado o projeto Fanfarra nas Escolas, que atendia a 260 alunos de seis escolas municipais e uma escola estadual, além de um grupo de percussão formado pelos próprios alunos.

Em tal documento informava-se ainda que, do ponto de vista das festividades e eventos,

Itatiaiuçu conta com uma série de eventos ao longo do ano, já tradicionais, em geral desenvolvidos pela Prefeitura. Os principais são o Aniversário da Cidade e a Festa do Minério, o Inverno Cultural, o concerto de natal e o réveillon.

Há também uma série de eventos de cunho esportivo, como a corrida rústica e o campeonato de futebol. (LIBÂNIO, 2012, p. 49)

Informações atualizadas em campo apontaram que a cidade tem uma série de eventos culturais de cunho religioso, conforme apresentado no Quadro a seguir.

Quadro 6: Festas e eventos de Itatiaiuçu

FESTA	ÉPOCA DE OCORRÊNCIA	LOCAL ONDE OCORRE
Festa de São Sebastião	20 de janeiro	Igreja Matriz de São Sebastião
Festa de Nossa Senhora Auxiliadora	Maior	Povoado de Curtume
Festa do Divino Espírito Santo	Maior	Povoado Morro do Peão
Festa de Santo Antônio	Junho	Povoado de pedras
Festa de São João Batista	Junho	Povoado Rio São João
Festa de São Bento	Julho	Biquinha de Pedras
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Agosto	Povoado Vieiras
Festa de Santa Terezinha	Setembro	Distrito de Santa Terezinha

Festa de Nossa Senhora Aparecida	Outubro	Distrito de Pinheiros
Festa de Nossa Senhora Aparecida	Outubro	Povoado de Pé da Serra
Festa de São Francisco	Outubro	Povoado de Ponta da Serra
Cavalgada feminina	Julho	Fazenda Instância paraíso ímpar, sem número zona rural
Festa de São Benedito	Novembro	Povoado dos Chaves

Por fim, destaca-se a importância do Inverno Cultural, já em sua 12ª. edição, que ocorre anualmente no Parque de Exposições João Belo de Andrade, com shows, exposição de artesanato local e outras atrações para a comunidade

5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

No que concerne ao Meio Ambiente e ao saneamento foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, à arrecadação municipal com o ICMS ecológico, ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do plano diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, por exemplo.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. A primeira apresenta os dados adquiridos para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais

A gestão ambiental do município de Itatiaiuçu é atribuída, segundo a estrutura da Lei Orgânica Municipal, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA).

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações adquiridas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.

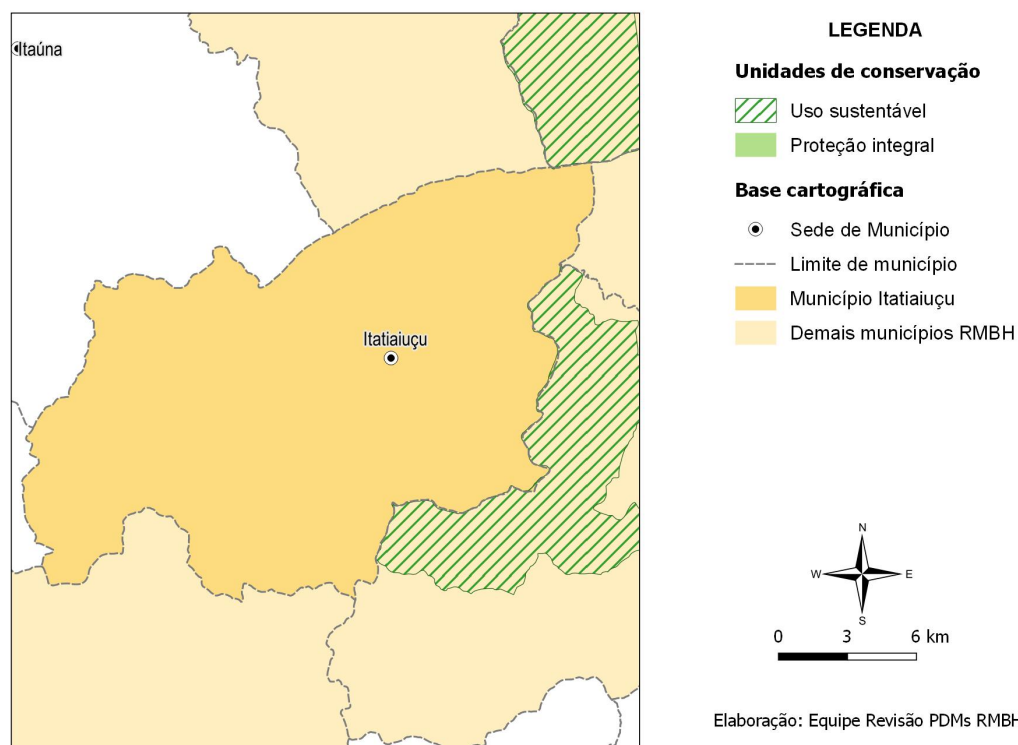
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é

variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UC's, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a aproximadamente (23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas consideradas de proteção integral que correspondem a 7,09 da área da RMBH. Além de 3026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Itatiaiuçu possui 5 hectares de seu território inserido em áreas de protegidas por categorias de uso classificadas como sustentáveis pelo SNUC, o que seria equivalente a aproximadamente 0,016% de sua extensão territorial. Importante destacar, no entanto, que esse valor é correspondente à uma Unidade de Conservação inserida majoritariamente no município de Rio Manso, indicando uma necessidade de adequação cartográfica, como apresentado pela figura abaixo. Não foram encontrados registros de unidades de conservação de proteção integral e de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).

Figura 2: Unidades de Conservação no município de Itatiaiuçu



Fonte: Plano Diretor do município de Itatiaiuçu

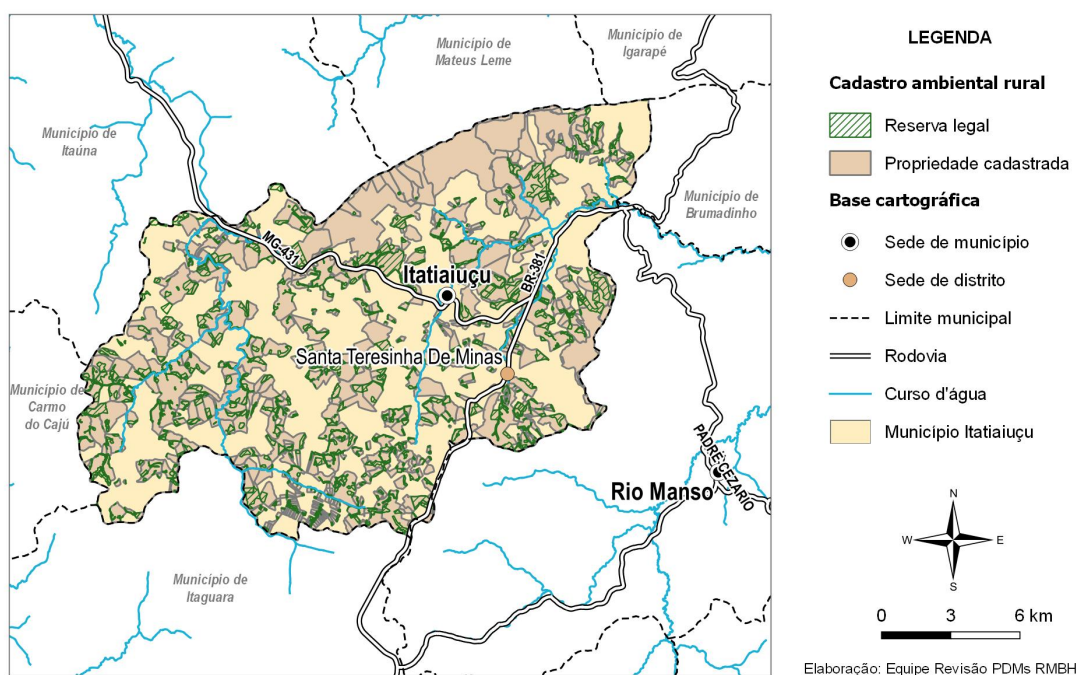
Aproximadamente 15.175 hectares, que corresponde a 51,33% do território municipal de Itatiaiuçu está inserido dentro da bacia do Rio Manso, considerada uma Zona de Interesse Metropolitano e uma Área de Proteção Especial (APE) instituída pelo decreto 27.928 de 1988. A APE não é uma Unidade de Conservação, de acordo com as definições do SNUC.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os

proprietários rurais do país de forma, que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Itatiaiuçu possui 603 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é equivalente a 15.305 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 29.818 hectares, 51,33% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 2.643 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental (CAR, 2017).

Figura 3: Reservas legais cadastradas no CAR



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em

suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca⁵. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir a estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

O município de Itatiaiuçu teve repasses referentes ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Os repasses foram efetivados por ações relativas à proteção ambiental e unidades de conservação. O quadro a seguir apresenta os volumes de recursos repassados ao município.

Quadro 7: repasse total de ICMS ecológico para o município de Itatiaiuçu

REPASSE ICMS - ECOLÓGICO	TOTAL 2006	TOTAL 2011	TOTAL 2016
Unidades de conservação (A)	29.269,00	121.403,00	164.876,36
Saneamento (B)	-	-	-
Mata Seca (C)	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	29.269,00	121.403,00	164.876,36

Fonte: Fundação João Pinheiro

5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a

⁵ O bioma de mata seca em minas gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

década de 1990, mas que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Itatiaiuçu está parcialmente inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 14, de 28 de dezembro de 1995; o município ainda tem parte do seu território inserido na bacia hidrográfica do Rio Pará de forma que é considerada também a Deliberação Normativa COPAM nº 28 datada de 9 de setembro de 1998.

O município de Itatiaiuçu tem uma expressiva parte de seu território inserido dentro da bacia do rio Manso, que é um dos principais cursos d'água afluentes do Rio Paraopeba. O ribeirão Itatiaia, o córrego Samambaia, e o rio Veloso, todos localizados à montante do reservatório de Rio Manso, são enquadrados, pela DN nº 14, de 28 de dezembro de 1995 do COPAM como cursos d'água de classe 1; Na bacia do Rio Pará, por sua vez, é definido que o Rio São João na localidade de São João é enquadrado como sendo também de classe 1. Cursos d'água considerados de classe 1 são de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Itatiaiuçu.

Quadro 8: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Itatiaiuçu

REF.	EMPRESA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
1	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.

2	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.
3	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
4	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
5	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
6	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
7	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.
8	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
9	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.
10	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.
11	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
12	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.
13	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
14	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo

	LTDA	industrial.
15	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
16	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
17	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
18	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
19	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
20	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
21	ARCELORMITTAL MINERAÇÃO SERRA AZUL S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
22	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
23	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano. consumo industrial
24	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna) com a finalidade de consumo industrial.
25	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea para fins de pesquisa hidrogeológica.
26	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial
27	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea para fins de

		pesquisa hidrogeológica.
28	AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
29	ORICA SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
30	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial e consumo humano.
31	MBL - MATERIAIS BÁSICOS LTDA	Captação em barramento em curso de água.
32	MINERAÇÃO USIMINAS S/A	Captação em barramento em curso de água.
33	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.	Captação em barramento em curso de água.
34	MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA	Captação em barramento em curso de água.
35	FERROUS RESOURCES DO BRASIL S/A	Captação em barramento em curso de água.

Fonte: IGAM, 2017

5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA não foram localizados conflitos mapeados ambientais para o município de Itatiaiuçu.

5.4 Informações sobre o Saneamento Básico

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de abastecimento de água são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Não foram declaradas informações sobre o esgotamento sanitário e sobre a gestão do recolhimento e destinação de resíduos sólidos no município.

O abastecimento de água do município de Itatiaiuçu é realizado pela COPASA. Aproximadamente 100% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 3.399 ligações de água, sendo que o consumo médio per capita de água é estimado em 178,6 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Itatiaiuçu produz aproximadamente 638,59 (1000m³/ano), dos quais 638,59 recebem tratamento para a distribuição (SNIS, 2017).

Não foi informado ao SNIS a instância responsável pelo esgotamento sanitário do município de Itatiaiuçu e não estão disponíveis, no SNIS, informações sobre a população atendida, o volume de esgotos coletados e o volume de esgotos tratados (SNIS, 2017).

Não existem informações no SNIS, para o ano de referência, sobre os serviços de coleta e destinação de resíduos do município de Itatiaiuçu esses dados deverão ser buscados diretamente junto ao município (SNIS, 2017).

6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Itatiaiuçu foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

6.1 Dinâmica Imobiliária

6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).⁶

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada

⁶ A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Itatiaiuçu, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Itatiaiuçu desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidos também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

Quadro 9: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Itatiaiuçu

ANO	MODALIDADE	ÁREA (M ²)	LOTES	USO	STATUS
2013	Desmembramento	3.910			Pendências
2013	Diretrizes	20.000			Pendências
2013	Desmembramento	2.808	2	Residencial	Não passível de anuência
2013	Desmembramento	5.605			Pendências
2013	Desmembramento	4.409			Anuído
2013	Diretrizes	138.855			Diretriz emitida
2013	Desmembramento	31.592			Não passível de anuência
2013	Diretrizes	132.530			Diretriz emitida

2014	Loteamento	132.530	193	Residencial	Pendências
2014	Loteamento	30.000		Residencial	Anuído
2014	Loteamento	138.548	1	Residencial	Anuído
2014	Desmembramento	2.480			Dispensa de anuência
2015	Desmembramento	2.231		Residencial	Dispensa de anuência
2015	Desmembramento	10.241		Residencial	Anuído
2015	Desmembramento	2.100		Residencial	Dispensa de anuência
2015	Desmembramento	2.000		Residencial	Dispensa de anuência
2015	Desmembramento	1.800		Residencial	Dispensa de anuência
2015	Desmembramento	2.141	7	Residencial	Pendências
2015	Diretrizes	364.326		Residencial	Diretriz emitida
2016	Desmembramento	2.000			Pendências
2016	Desmembramento	19.298			Pendências
2016	Diretrizes	19.298		Misto	Diretriz emitida

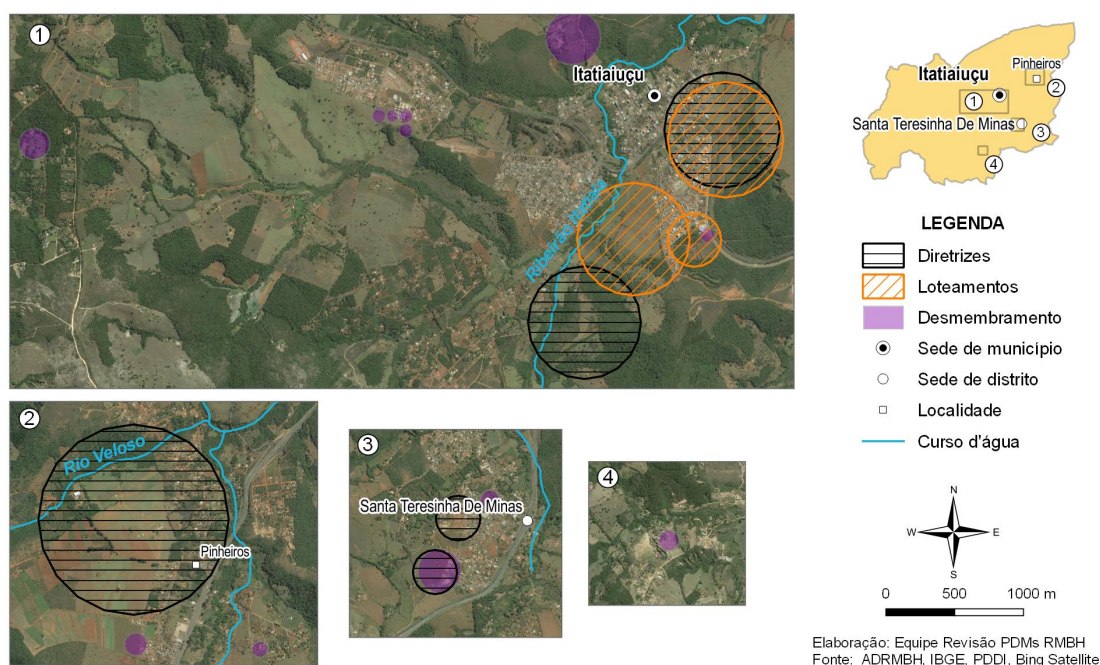
Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

A partir da planilha acima fica claro que, em termos de parcelamento do solo, a demanda por desmembramentos no município de Itatiaiuçu excede em muito aquela por loteamentos. No período analisado, um total de 14 desmembramentos foram submetidos para aprovação da Agência RMBH no município, dos quais apenas 2 foram anuídos, um total de 5 diretrizes foram solicitadas, das quais 4 foram emitidas e apenas 3 loteamentos foram submetidos a aprovação, dos quais 2 foram anuídos. Entre os processos destaca-se também a predominância de parcelamentos de uso residencial e um pequeno número de lotes gerados. Em

princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal significativa, mas pouco impactante no município de Itatiaiuçu.

A partir do mapa apresentado a seguir – que traz a localização básica desses parcelamentos a partir de um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

Figura 4: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Itatiaiuçu



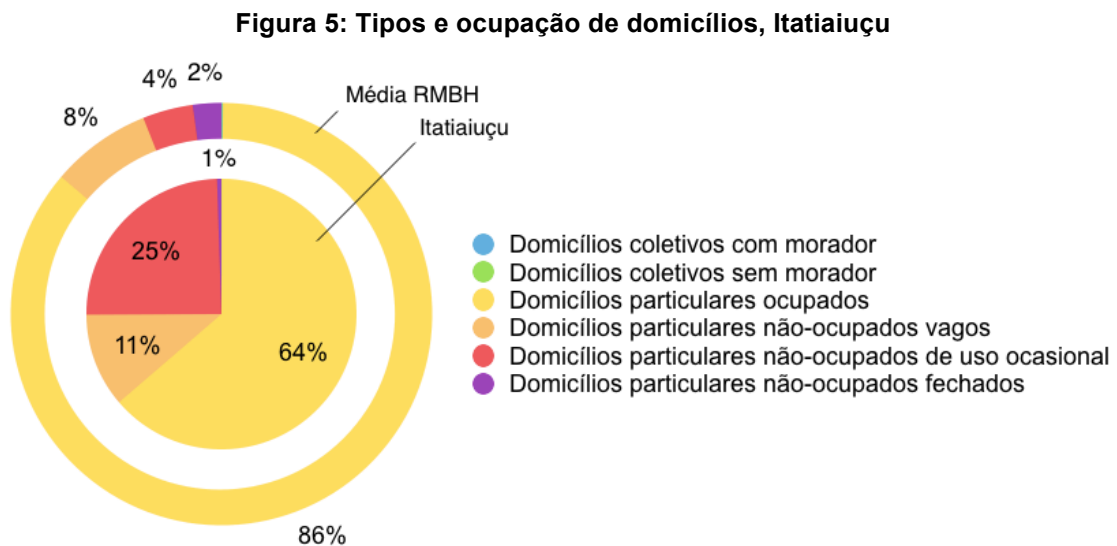
Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

A partir do mapa acima nota-se que a demanda por parcelamentos no município de Itatiaiuçu é dispersa ainda que, de maneira geral, aconteça nas proximidades da mancha urbana consolidada da sede, distritos e localidades municipais. Os dados apontam, portanto, para a necessidade de uma definição mais precisa de vetores de crescimento preferenciais para que possam ser evitadas situações de vulnerabilidade social, degradação ambiental e precariedade das condições de

deslocamento de pessoas e mercadorias no município. A partir do mapa, destaca-se também um vetor de crescimento da sede municipal no sentido sul.

6.1.2 Vacância domiciliar

O cálculo de vacância domiciliar⁷ é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.



Fonte: IBGE, 2010

⁷ Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Itatiaiuçu apresenta um número bastante elevado de domicílios não-ocupados de uso ocasional, compondo 25% do estoque de domicílios, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é de 4%.

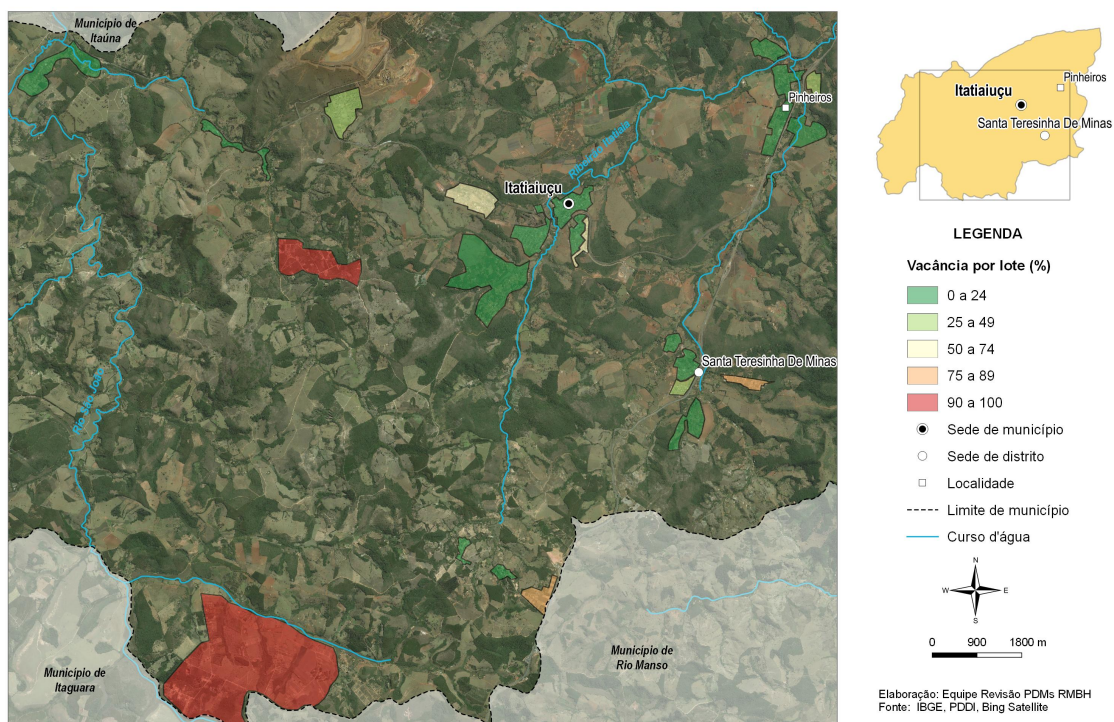
A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

6.1.3 Taxa de vacância fundiária

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.

Figura 6: Taxa de vacância fundiária, Itatiaiuçu



Fonte: UFMG, 2011

A partir do mapa acima nota-se, primeiramente, certa descontinuidade da mancha urbana parcelada do município de Itatiaiuçu e a presença de grandes áreas parceladas no município de Itatiaiuçu com alta taxa de vacância. A sede municipal e áreas do entorno imediato têm uma taxa de vacância baixa, o que também ocorre no distrito de Santa Terezinha de Minas e no povoado de Pinheiros e entorno destas áreas. As áreas de piores taxas de vacância são, justamente, aquelas pouco articuladas às demais áreas parceladas no município.

6.2 Zoneamento ecológico-econômico

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente -

MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Itatiaiuçu, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Itatiaiuçu.

6.2.1 Índice de Potencialidade Social

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.⁸

⁸ Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Itatiaiuçu pelo ZEE-MG foi "favorável", apesar de seu resultado "pouco favorável" no componente natural, tal como especificado na tabela a seguir.

Quadro 10: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Itatiaiuçu

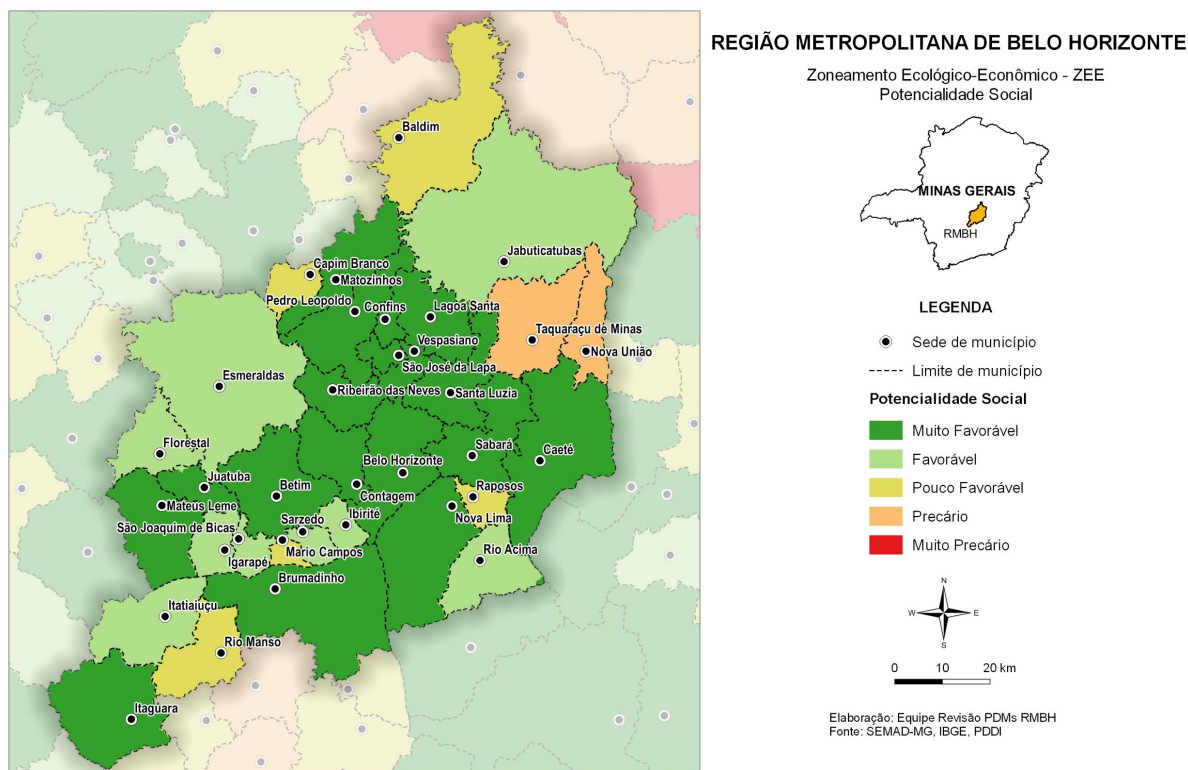
Componentes Índice de Potencialidade Social	Resultados
Componente produtivo	Muito favorável
Componente natural	Pouco favorável
Componente institucional	Muito favorável
Componente humano	Favorável
Resultado final	Favorável

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa a seguir, esse resultado encontrado para o município de Itatiaiuçu, ainda que positivo, se vê aquém de grande parte dos municípios metropolitanos avaliados com um índice de potencialidade social "muito favorável".

população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

Figura 7: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural

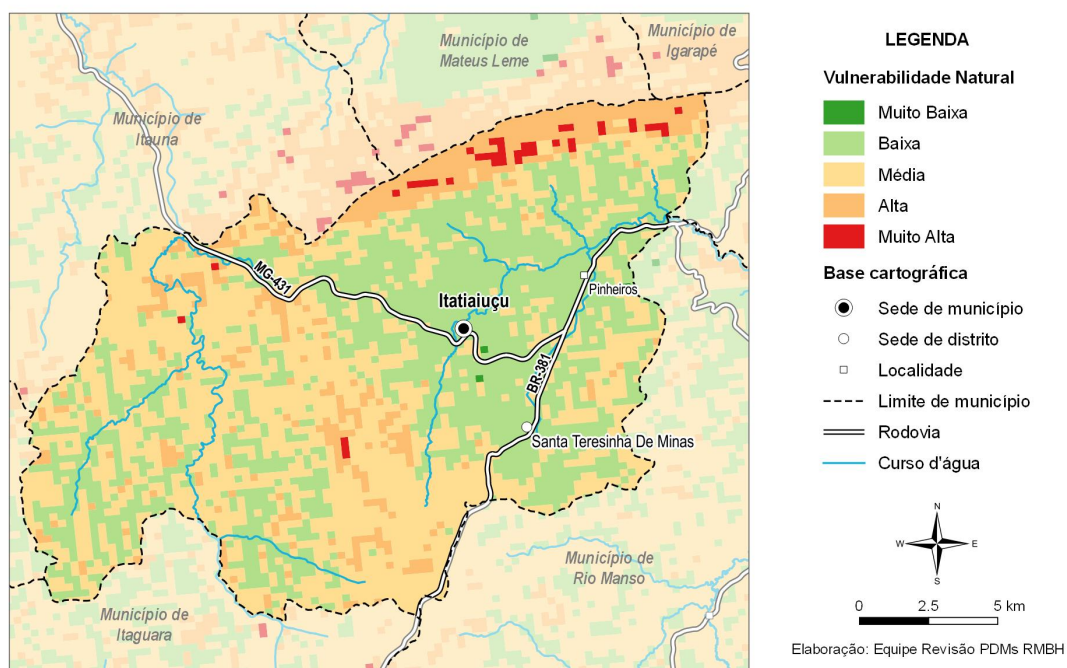
No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão,

susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Itatiaiuçu.

Figura 8: Carta de Vulnerabilidade Natural, Itatiaiuçu



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa, o Município de Itatiaiuçu apresenta áreas com um índice de vulnerabilidade natural "alta" e "muito alta" concentradas especialmente em seu extremo nordeste. Áreas de vulnerabilidade "baixa" se estendem a leste e passam a alternar com áreas de índice "médio" em sua porção oeste. De maneira geral, áreas de vulnerabilidade "alta" podem ser observada pontualmente também na porção oeste do município.

7 HABITAÇÃO

A habitação é uma função pública de interesse comum (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala micro local.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais e leis específicas.

7.1 Quadro Habitacional

7.1.1 Déficit habitacional

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Itatiaiuçu, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios

improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo⁹), ônus excessivo com aluguel urbano¹⁰ e adensamento excessivo de domicílios alugados¹¹.

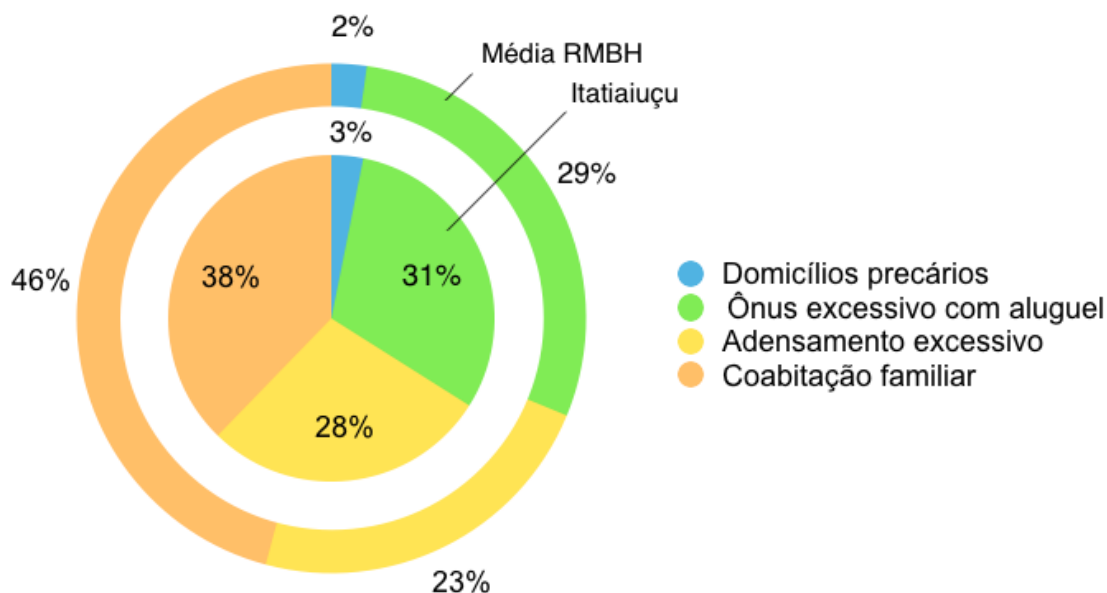
Segundo análises da Fundação João Pinheiro, o déficit de Itatiaiuçu é de 159 unidades habitacionais, o que equivale à 3,32% do estoque habitacional existente no município (muito abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, 5 domicílios são precários, 49 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 45 domicílios apresentam adensamento excessivo e 60 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

⁹ A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

¹⁰ Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

¹¹ Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

Figura 9: Composição déficit habitacional, Itatiaiuçu



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

O déficit habitacional em Itatiaiuçu encontra-se, portanto, proporcionalmente distribuído entre os índices de ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo e coabitação familiar. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Itatiaiuçu difere da média da RMBH particularmente por apresentar um menor índice de coabitação familiar.

7.1.2 Domicílios precários

Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

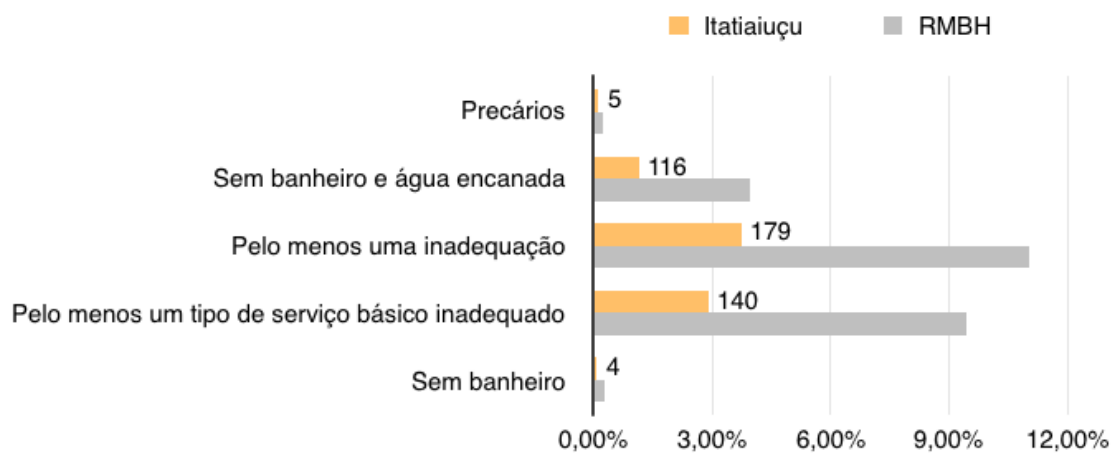
- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura,

adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;

- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Itatiaiuçu.

Figura 10: Domicílios precários, Itatiaiuçu



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, os números encontrados para Itatiaiuçu em relação à precariedade de domicílios se encontram abaixo da média metropolitana, mas ainda semelhantes à mesma em termos proporcionais, apresentando baixos índices de domicílios considerados precários e de domicílios urbanos sem banheiro, associado a um índice mediano de domicílios sem banheiro e sem água encanada e índices mais

elevados de domicílios que apresentam pelo menos uma inadequação ou serviço básico inadequado.

7.1.3 Aglomerados subnormais

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais¹² no município de Itatiaiuçu – áreas que, ao longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Sendo assim, destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Itatiaiuçu.

7.2 Produção habitacional de interesse social

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção

¹² O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 SMs (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

Sobre às faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias.

Tanto em relação à faixa 1, quanto às faixas 2 e 3 não foram colhidos dados em relação à produção de unidades habitacionais em Itatiaiuçu.

7.3 Bem-estar urbano

7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação¹³ (AP), de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação as demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local¹⁴. O índice

¹³ As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico

¹⁴ Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013

é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Conforme delimitado no primeiro mapa, Itatiaiuçu tem um Índice de Bem Estar geral intermediário. Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Em termos de mobilidade, Itatiaiuçu possui os valores mais altos. Como o índice é calculado com base no tempo de deslocamento casa/trabalho, isso pode sugerir que seus habitantes trabalham no próprio município ou nos municípios de maior proximidade. Já em relação ao nível de condições ambientais, Itatiaiuçu possui nível ruim.

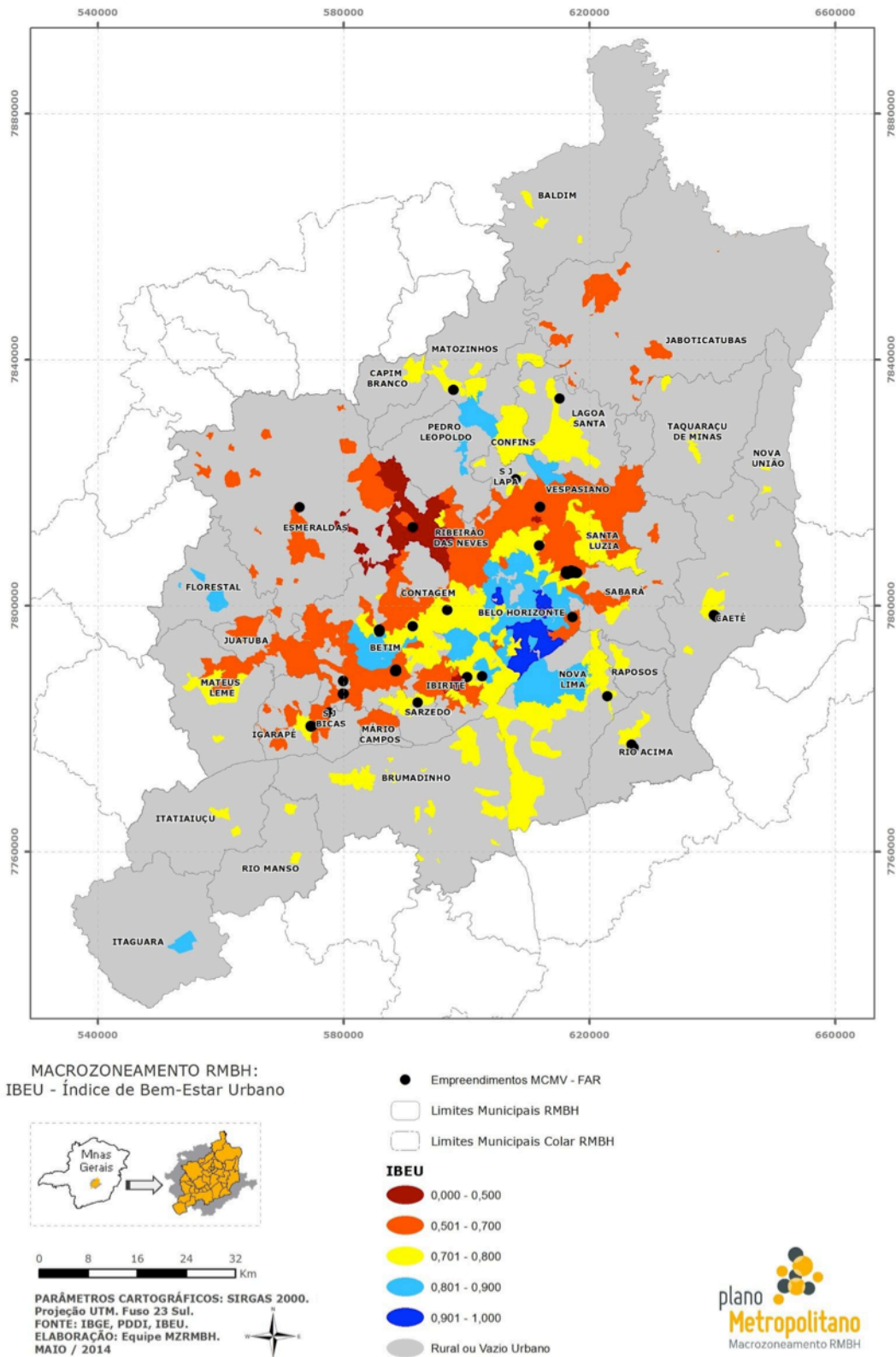
As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Quando avaliadas as condições habitacionais, o município possui um índice intermediário.

O atendimento aos serviços coletivos está na faixa mais alta do índice. Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

Quando avaliada a infraestrutura urbana, Itatiaiuçu possui níveis ruins. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio

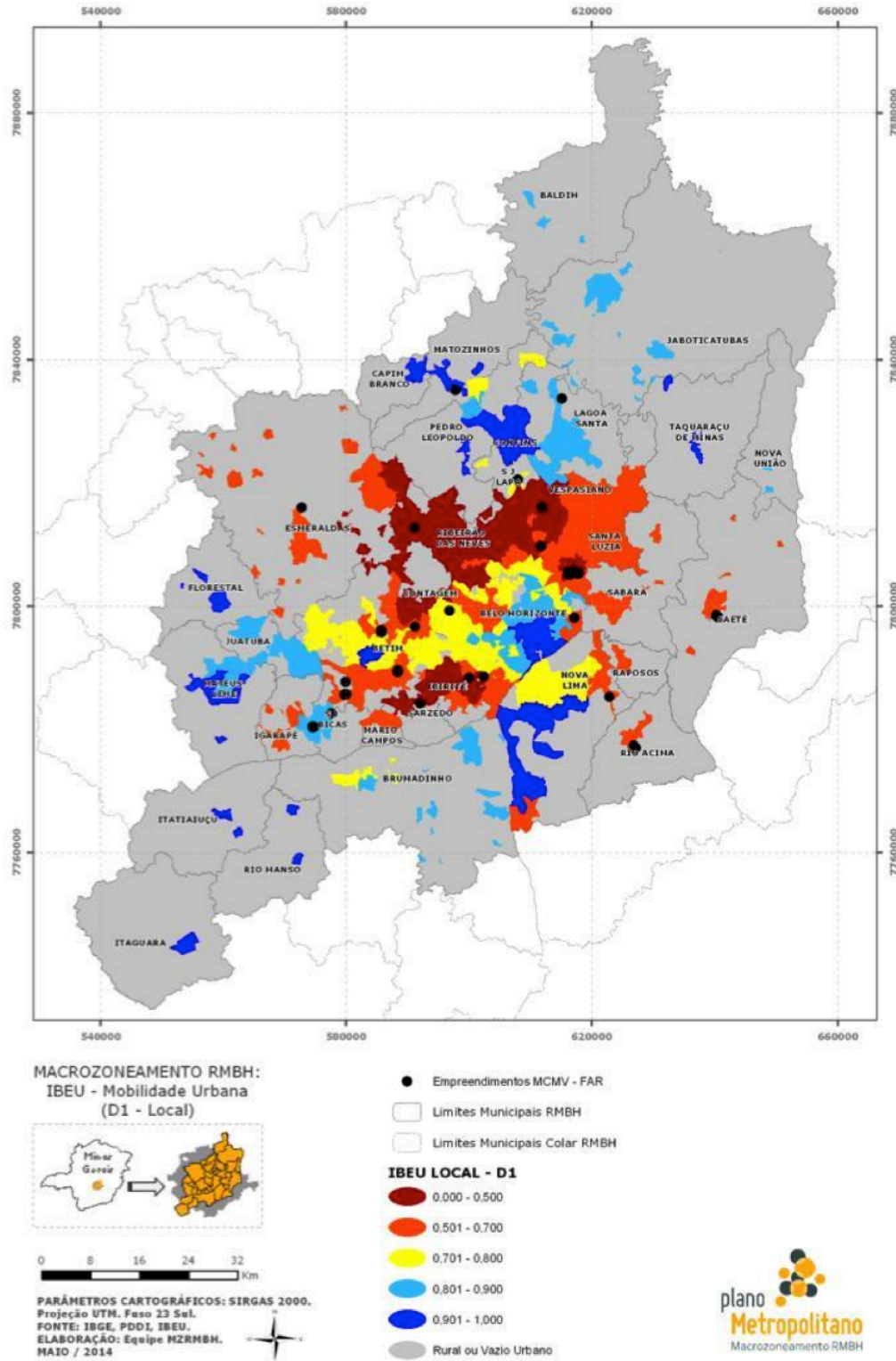
e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 11: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH



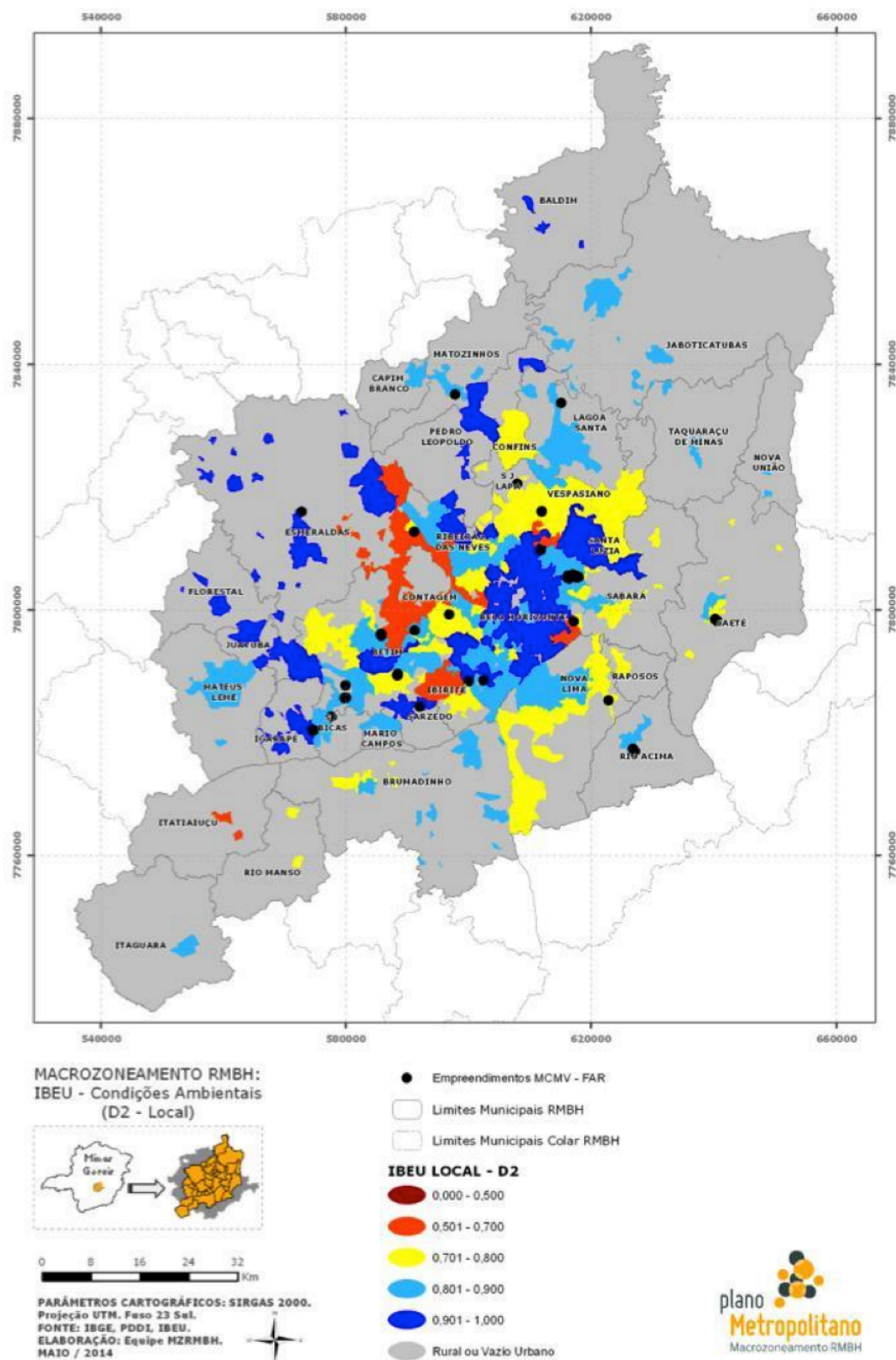
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 12: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH



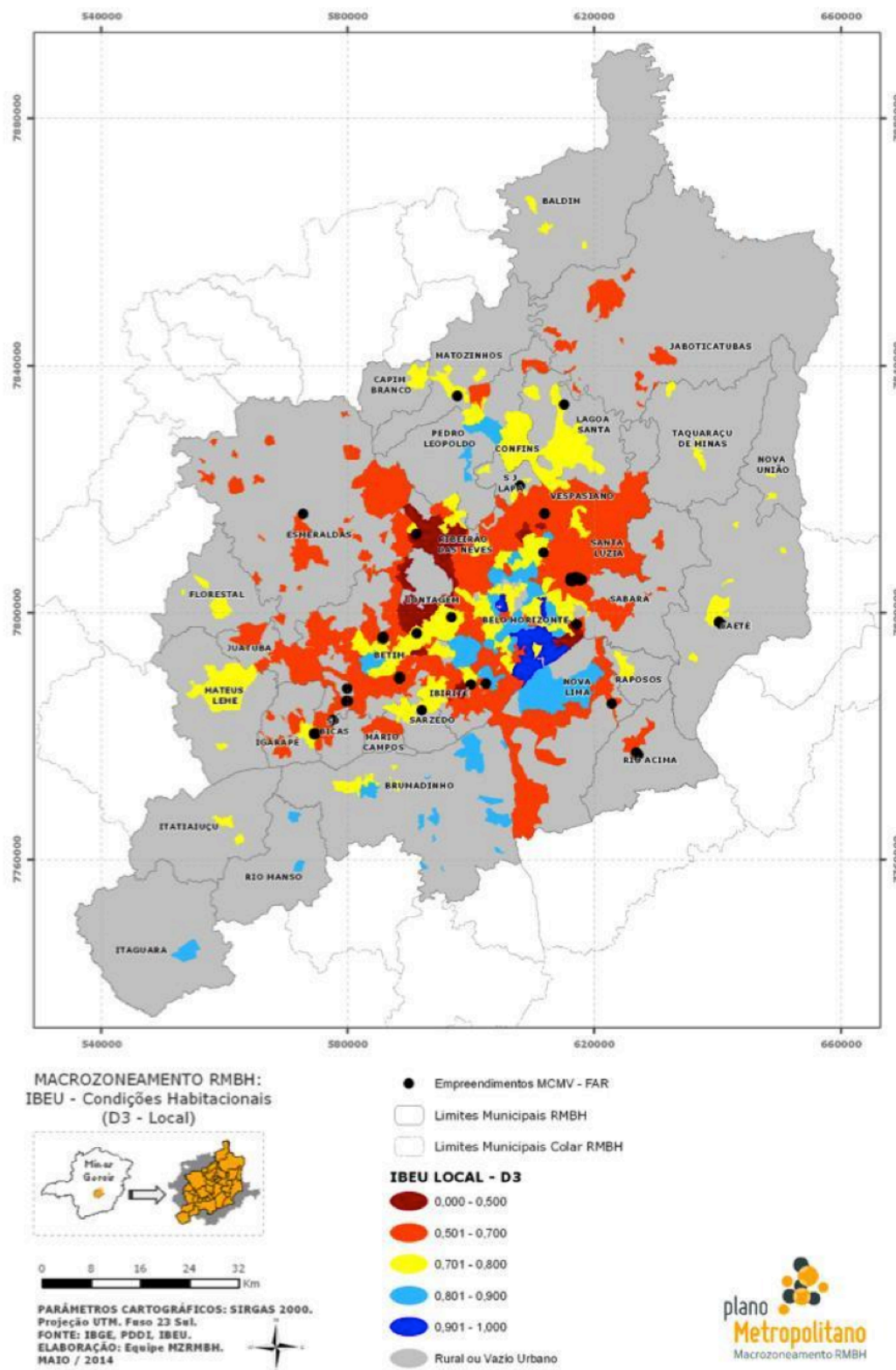
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 13: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH



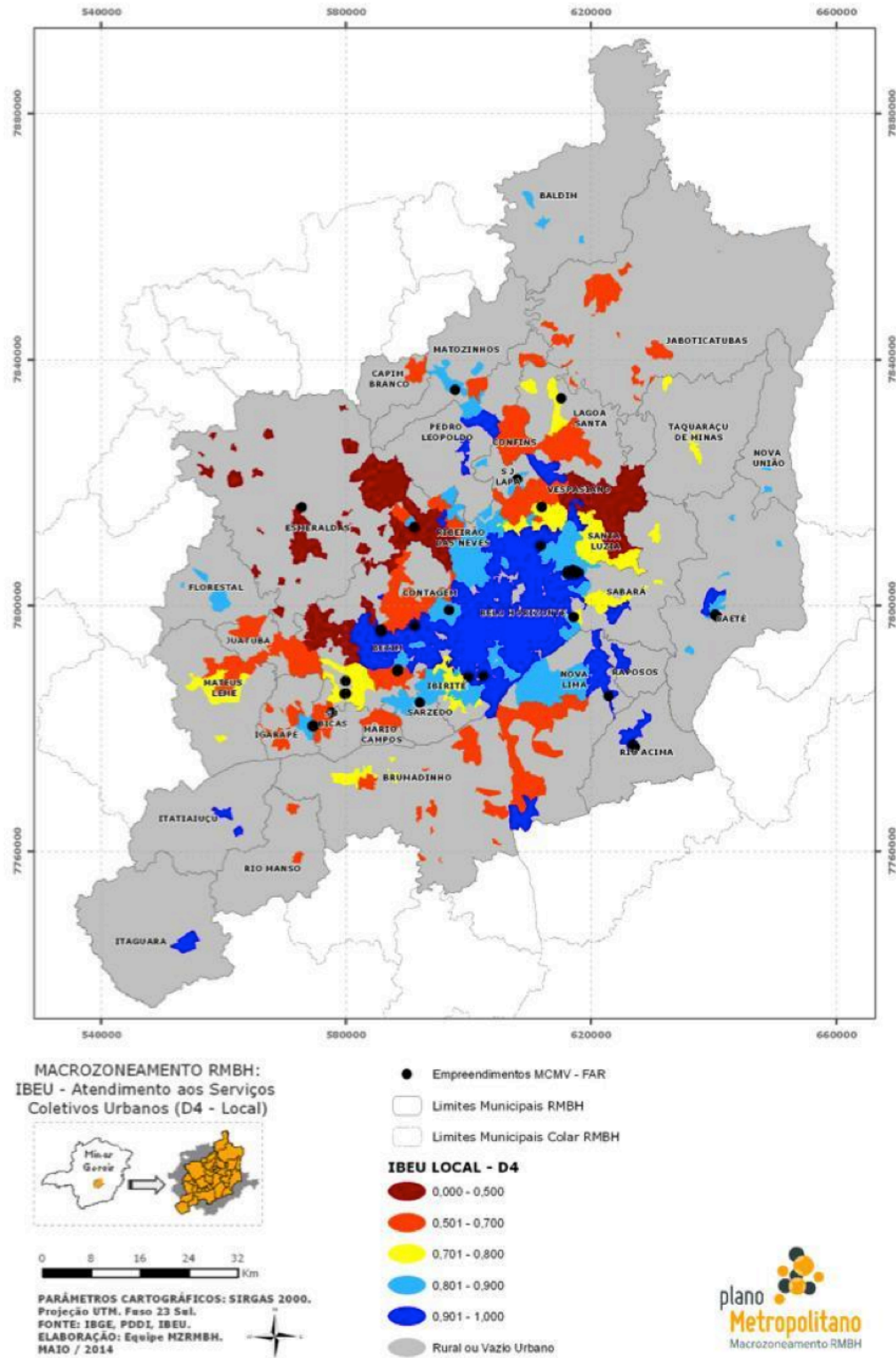
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 14: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



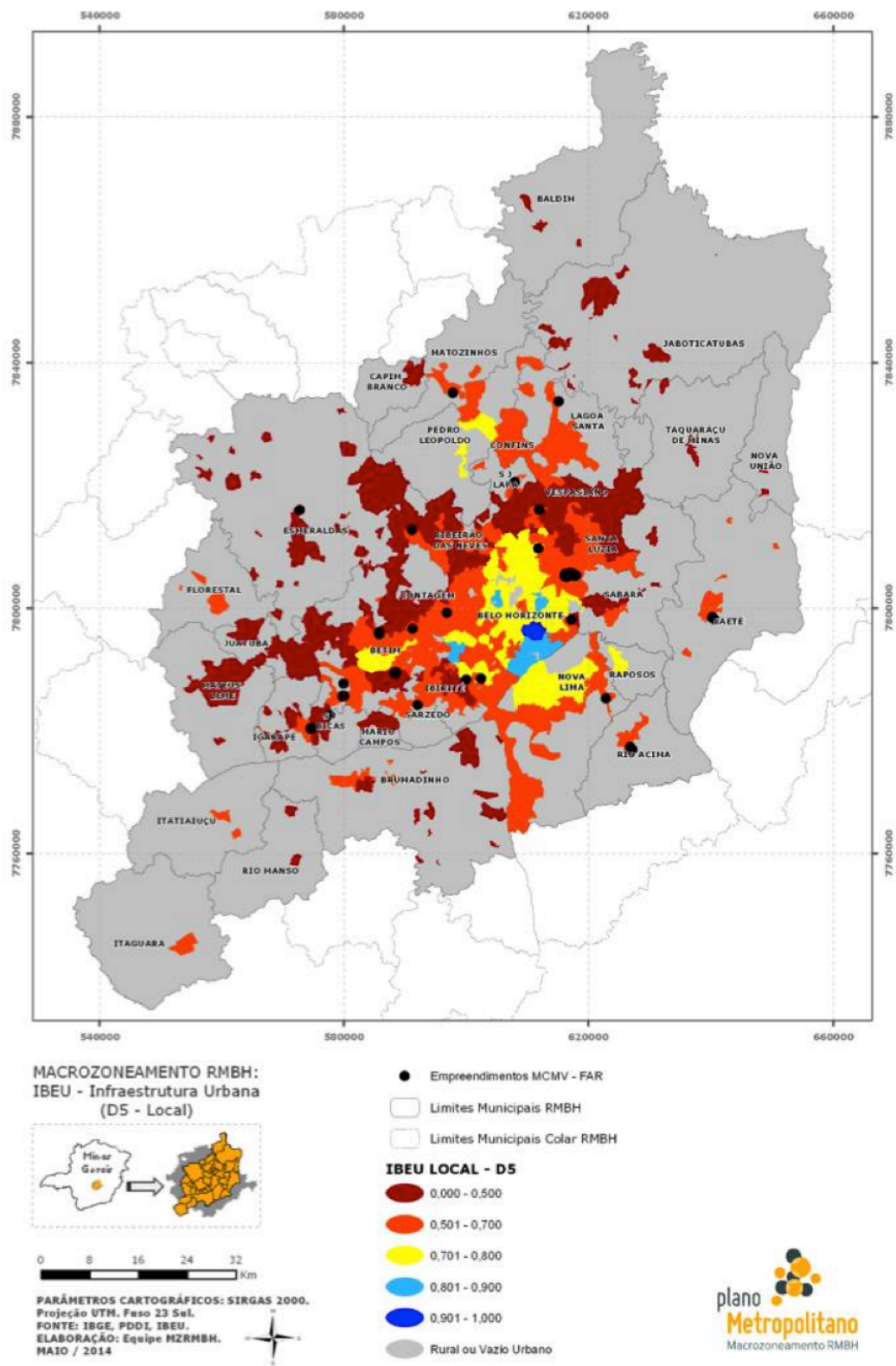
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 15: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 16: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

7.4 Zonas Especiais

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas¹⁵.

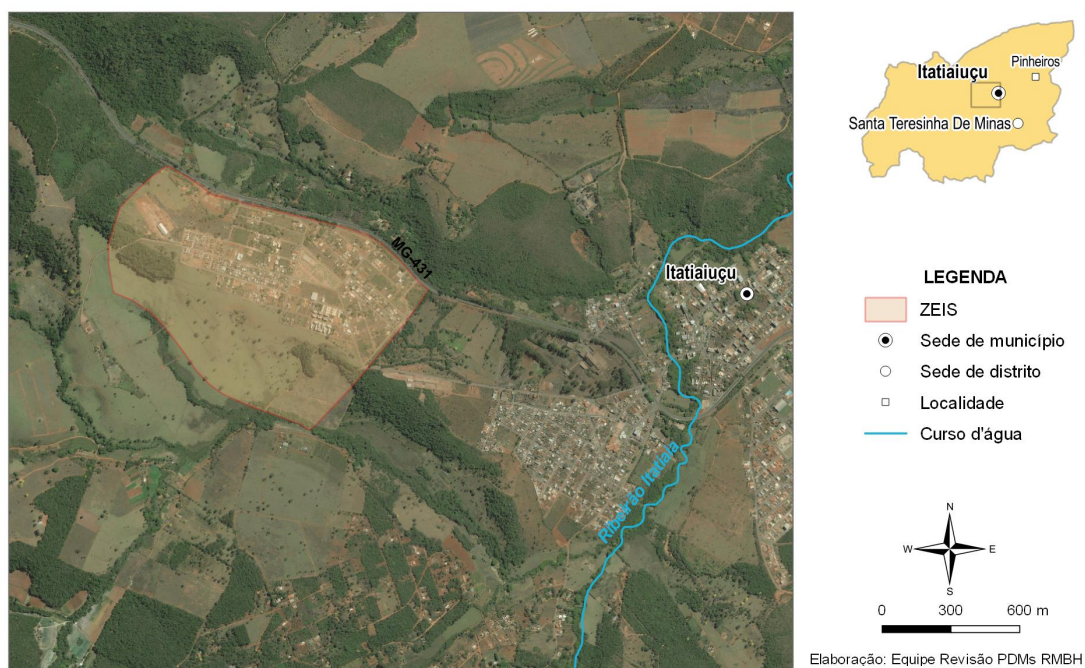
7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social

As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

O Plano Diretor de Itatiaiuçu (Lei nº 1.009 de 30 de novembro de 2006) delimita áreas de ZEIS e estabelece que devem ser "adensados, visando à recuperação dos investimentos públicos e a instalação de habitação de interesse social". Essa definição e a análise das imagens de satélite sugerem que não há diferenciação entre as áreas ocupadas e vazias, ambas foram delimitadas como ZEIS.

¹⁵ A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

Figura 17: Zonas Especiais de Interesse Social, Itatiaiuçu



Fonte: Plano Diretor de Itatiaiuçu, Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012

7.4.2 Zonas especiais de interesse social vazias

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

O Plano Diretor não diferencia entre ZEIS ocupadas e vazias, entretanto, é possível observar pelas imagens de satélite que as ZEIS incorporam áreas vazias para fins de produção habitacional.

8 MOBILIDADE URBANA

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização sócio-econômica dos domicílios pesquisados¹⁶.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais,

¹⁶ Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Itatiaiuçu.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.

O município de Itatiaiuçu se localiza na porção sudoeste da RMBH, seu território é atravessado pelas rodovias MG-431, que liga o município até Pará de Minas e pela BR-381, em sua porção sul, que liga Belo Horizonte a São Paulo. Por ter forte atividade mineradora, o município é produtor de deslocamentos de cargas por essas vias, mas, em termos demográficos, não exerce papel significativo na malha rodoviária regional.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal 12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da

forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas na tabela abaixo:

Quadro 11: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Itatiaiuçu.

CATEGORIA	DADO	FONTE E DATA
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Sim – Secretaria de Transportes e vias públicas	Lei Complementar 79 de 2013
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não – sem previsão no Plano Diretor	Plano diretor - Lei municipal 1009/2006
Existência de mapa de hierarquia viária	Sim	Plano diretor - Lei municipal nº 1.009/2006
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Diretamente executado pela administração municipal	Lei municipal nº 1.251/2014

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017

Assim, como se pode constatar, há indicadores de que Itatiaiuçu tem uma capacidade razoável para planejar e gerir a mobilidade urbana, de acordo com a atual estrutura administrativa e os instrumentos disponíveis. Nesse sentido, ressalta-se a importância da existência da Secretaria de Transportes e Vias Públicas, algo incomum em municípios de porte pequeno, e talvez apenas possível em função da renda da atividade mineradora.

Assim, de acordo com a lei complementar 79 de 2013, compete à Secretaria de Transportes e Vias Públicas 23 diretrizes, todas relacionadas em alguma instância com a gestão do transporte e trânsito do município, ainda que algumas versem exclusivamente sobre a frota de veículos da administração municipal. Cabe destacar, por sua raridade, a diretriz sobre calçadas:, entre outras 15 diretrizes:

XI - coordenar e fiscalizar as obras de revestimento dos passeios para pedestres;

Apesar da especialização presente na estrutura administrativa, destaca-se, por outro lado, a ausência do Plano de Mobilidade Urbana para o município de Itatiaiuçu que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. Além disso, a elaboração do plano de mobilidade urbana não está prevista no Plano Diretor do município.

Por fim, o município de Itatiaiuçu possui oferta regular de transporte coletivo municipal por ônibus, de maneira gratuita, o que eleva sua capacidade de elaborar e propor políticas públicas de mobilidade urbana. Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no quadro abaixo.

Quadro 12: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Itatiaiuçu

CATEGORIA	DADO	FONTE E DETALHAMENTO
Nº de linhas de transporte municipal no município	6 linhas gratuitas	Secretaria municipal de transportes e vias públicas
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal	2 linhas (3802, 3803)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento
Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	Uma linha (Crucilândia-Itaúna, passando por Itatiaiuçu)	SETOP, 2017
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim	Secretaria municipal de transportes e vias públicas
Existência de transporte escolar	Sim	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex:	Sim - Mineração	

centro de distribuição logística)		
-----------------------------------	--	--

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017

O transporte público coletivo por ônibus no município de Itatiaiuçu, como serviço específico para esse fim, é constituído por 6 linhas municipais gratuitas, cuja concessão e regulação é de responsabilidade da Secretaria de Defesa Social. O transporte público gratuito é constituído por seis linhas:

- Linha 1: Pedras/ Medeiros/ Quintas da Boa Vista/ Centro
- Linha 2: Morro do pião/ Santa Terezinha / Pio XII/ Centro
- Linha 3: São Francisco/ Robert Kennedy/ Centro/ Pio XII
- Linha 4: Vieiras/ Pinheiros/ Centro
- Linha 5: Parque do Lago/ Centro
- Linha 6: Curtume/ Centro

No âmbito metropolitano, cuja concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP), existem 2 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 4800 – Itatiaiuçu/Belo Horizonte – tarifa R\$11,70
- 3803 – Itatiaiuçu/Estação Eldorado (Contagem) – tarifa R\$8,25

A principal constatação a partir das informações apresentadas é, por um lado, a forte integração intramunicipal com um transporte público municipal relativamente abundante e acessível e, por outro lado, a ausência de itinerários para outros municípios da RMBH que não Belo Horizonte e Contagem. Municípios limítrofes como Rio Manso, Mateus Leme e Brumadinho, não recebem ligação por transporte coletivo com Itatiaiuçu. Esse fato contribui para o relativo isolamento do município na RMBH, como se verá a seguir. Por outro lado, é importante notar que, quando tomado em comparação distâncias e demandas semelhantes, a tarifa do transporte interurbano não é a das mais caras da RMBH.

Constatou-se também que a existência de uma linha intermunicipal, não metropolitana, cujo trajeto, frequência e tarifa a tornam relevantes para a análise da mobilidade urbana do município. A linha é a seguinte:

- Crucilândia/Itaúna – frequência de 5 viagens por dia – tarifa R\$8,15

A linha também passa por Itaguara, constituindo-se assim em uma ligação metropolitana.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, muitas das quais ligam à área rural do município, Itatiaiuçu conta com uma frota para realizar o transporte escolar rural e urbano, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Itatiaiuçu possui uma população de 718 alunos que necessitam de transporte escolar rural, recebendo um aporte do governo federal de R\$91.961,44.

Por fim, é importante constatar que a atividade de mineração gera para o município um volume de viagens para transporte de carga muito maior do que para outros municípios do mesmo porte. O volume e a dinâmica do transporte de cargas não serão avaliados no presente relatório, tornando-se indicativos para elaboração futura.

8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Itatiaiuçu ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da

Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

8.2.1 Frota de veículos

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais¹⁷. O quadro a seguir resume os dados:

Quadro 13: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Itatiaiuçu, Belo Horizonte, RMBH e Brasil

TERRITÓRIO	FROTA DE VEÍCULOS EM 2004	FROTA DE VEÍCULOS EM 2015	VARIAÇÃO (%)
Itatiaiuçu	1.950	5.201	166,72%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)

¹⁷ É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semi-reboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Itatiaiuçu esse valor cresceu significativamente acima da média metropolitana. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo menor número absoluto de veículos adicionados (3.251) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

Figura 18: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Itatiaiuçu, Belo Horizonte, RMBH e Brasil



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)

Como se pode ver na figura acima, a taxa de motorização de Itatiaiuçu mais que duplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu abaixo das médias para a RMBH e Belo Horizonte. Entretanto, seu valor já supera significativamente a média nacional de veículos por habitantes. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média. Cabe a reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Itatiaiuçu apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 7 áreas homogêneas tanto em 2002 como em 2012. A quantidade e a variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana.

8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Itatiaiuçu.

Quadro 14: Viagens cotidianas realizadas em Itatiaiuçu, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012

TERRITÓRIO	VIAGENS REALIZADAS EM 2002	VIAGENS REALIZADAS EM 2012	VARIAÇÃO (%)
Itatiaiuçu	5.745	20.941	+264,50%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual Itatiaiuçu no total de viagens da RMBH	0,06%	0,10%	+157,20%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

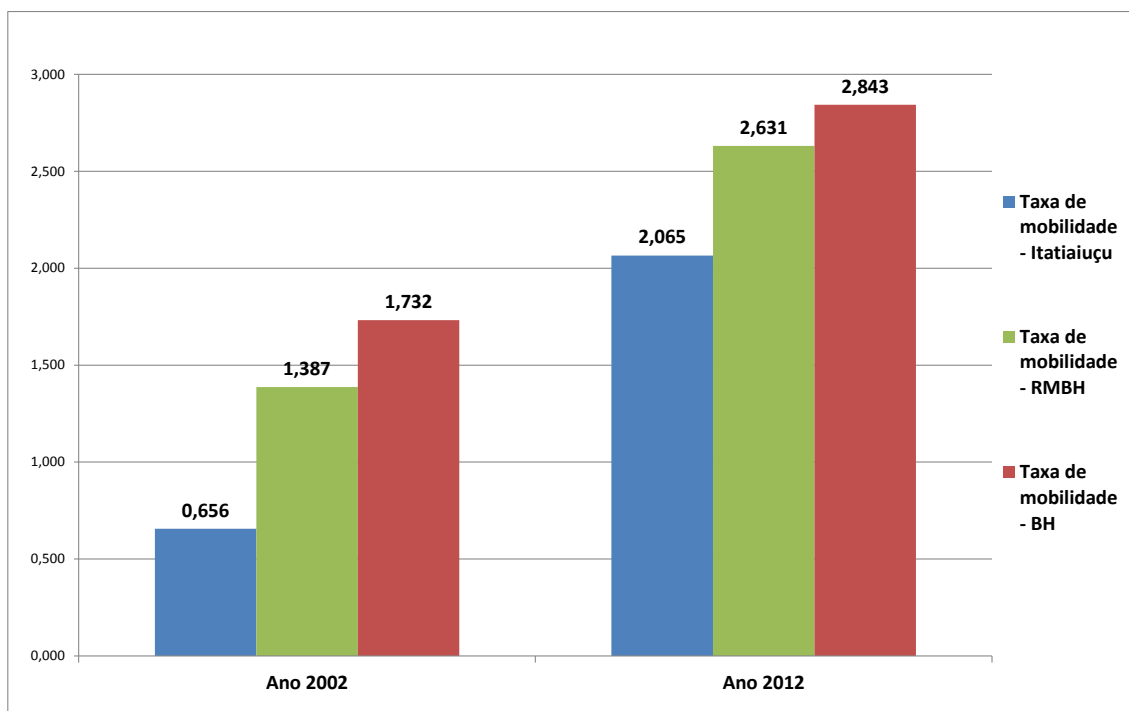
Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Itatiaiuçu, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de Itatiaiuçu foi mais que o triplo que a de Belo Horizonte e mais que o dobro da RMBH, tendo mais que triplicado seus deslocamentos cotidianos. Novamente, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento em Itatiaiuçu ter sido maior que a RMBH, a participação percentual

das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,09% para 0,16% de 2002 para 2012. Mas, como mostram as porcentagens, essa mudança teve pouco impacto na RMBH como um todo.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentada a figura comparativa da taxa de mobilidade para Itatiaiuçu, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

Figura 19: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Itatiaiuçu, Belo Horizonte e RMBH



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram significativamente em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, pode-se ver que a taxa de

mobilidade de Itatiaiuçu ainda é menor que a de Belo Horizonte e a média da RMBH. Mesmo assim, percebe-se que em Itatiaiuçu, em 2012, o número de viagens por habitante supera em muito o valor registrado para Belo Horizonte, em 2002. Dessa maneira, pode-se afirmar que, mesmo estando abaixo da média metropolitana, os níveis de mobilidade em Itatiaiuçu melhoraram mais que a média metropolitana.

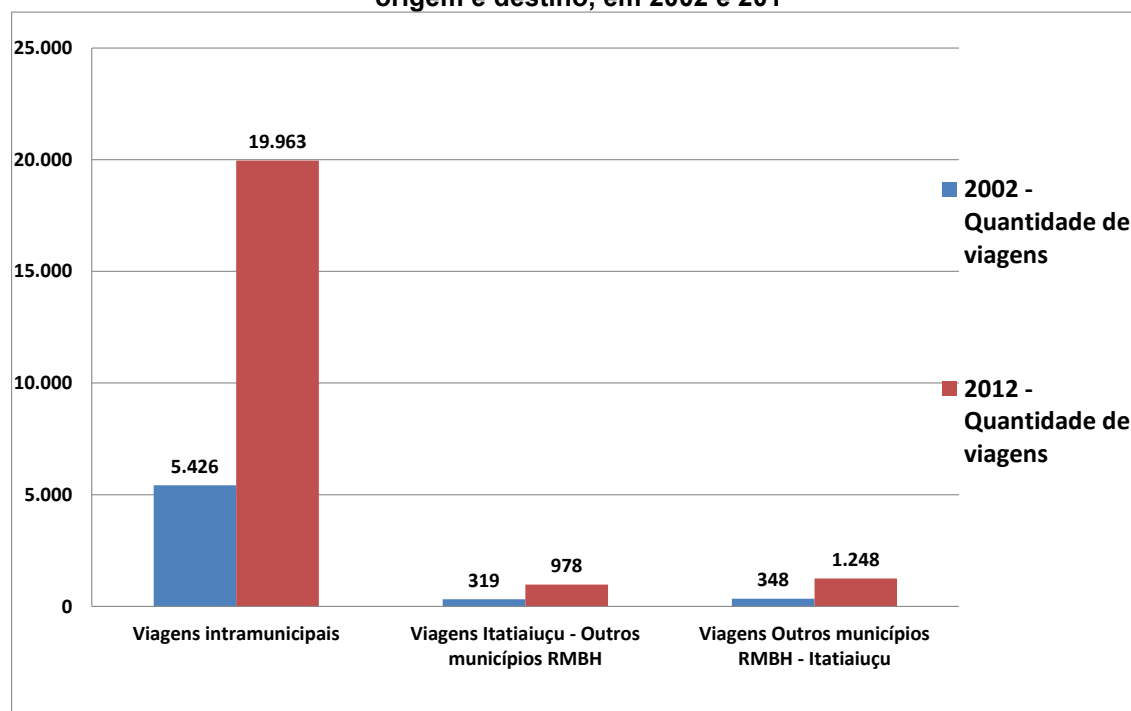
8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH

A figura abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Itatiaiuçu divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Itatiaiuçu.

Figura 20: Número de viagens realizadas entre Itatiaiuçu e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 201



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Para se compreender melhor a divisão das viagens de Itatiaiuçu por origem e destino, as tabelas a seguir mostram os dados em termos percentuais.

Quadro 15: Divisão percentual das viagens com origem em Itatiaiuçu, por destino da viagem, em 2002 e 2012

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Itatiaiuçu	94,45%	95,93%
Outros municípios - RMBH	5,55%	4,67%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Quadro 16: Divisão dos destinos das viagens com destino a Itatiaiuçu, por origem da viagem, em 2002 e 2012

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Itatiaiuçu	93,98%	94,11%
Outros municípios - RMBH	6,02%	5,89%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Os quadros acima demonstram que 94,45% das viagens produzidas pelo município de Itatiaiuçu em 2002 eram viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem ligeiro aumento em 2012, chegando a 95,93% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 5,55% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que cai proporcionalmente para 4,67% em 2012. Esses valores demonstram um certo grau de isolamento de Itatiaiuçu em relação a outros municípios da RMBH, inclusive com uma das maiores taxas de viagens municipais, significativamente acima da média metropolitana, de 85%. O ligeiro aumento da proporção de viagens intramunicipais, levando em consideração o grande aumento do número absoluto de viagens, pode ser considerado um bom indicador do aumento do grau de autonomia do município, embora seja necessário avaliar outros aspectos da realidade municipal para se confirmar essa constatação.

. A proporção de viagens atraídas pelo município de Itatiaiuçu, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 10,13% dos deslocamentos com destino a Itatiaiuçu se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que cai para 6,45% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

Os quadros e figuras seguintes apresentam os municípios da RMBH com os quais Itatiaiuçu realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

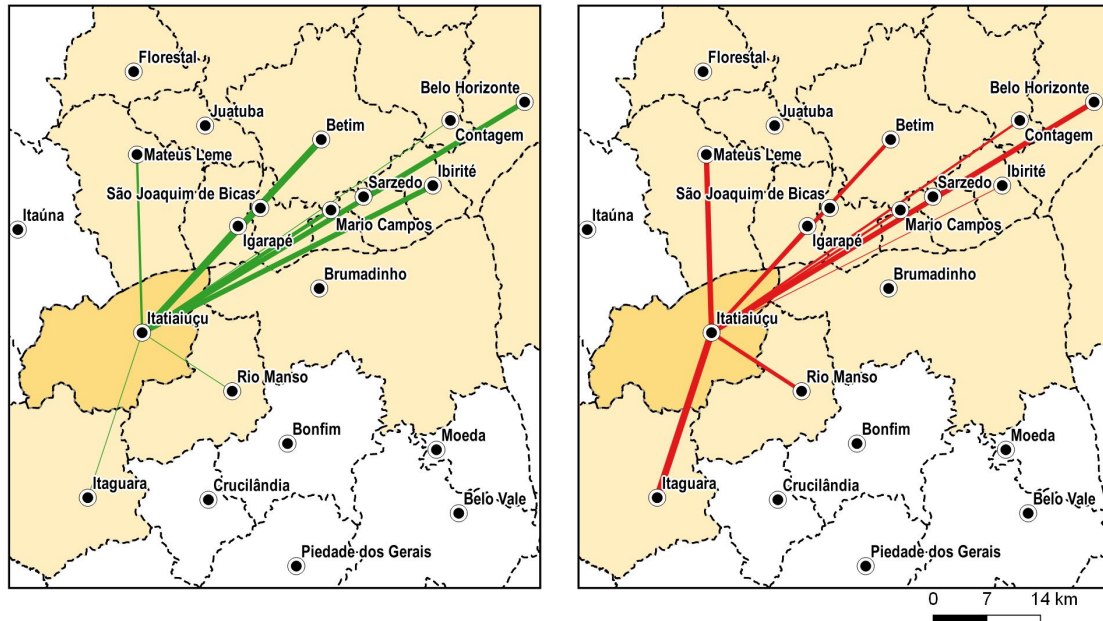
Quadro 17: Distribuição das viagens com origem em Itatiaiuçu e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Itaguara	0,00%	35,95%
Belo Horizonte	36,65%	17,17%
Mateus Leme	1,64%	16,70%
Betim	43,36%	9,47%
Rio Manso	0,00%	6,42%
Contagem	4,97%	5,06%
Igarapé	8,43%	4,85%
Outros	4,95%	4,38%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

A composição de viagens com origem em Itatiaiuçu e destino a outros municípios apresentou mudanças significativas entre 2002 e 2012. Assim, a participação de Itaguara passou de nula em 2002 para 35.95% dos deslocamentos intermunicipais na RMBH em 2012. Outro município de destino que experimenta crescimento proporcional semelhante é Mateus Leme, que passa de 1,64% para 16,70% dos deslocamentos, no período das duas pesquisas. Por sua vez, tanto Betim como Belo Horizonte perdem participação relativa, o primeiro município passa de 43,36% para 9,47% entre 2002 e 2012, enquanto a capital mineira passa de 36,65% para 17,17% dos destinos de deslocamentos intermunicipais com origem em Itatiaiuçu, no mesmo período. As informações apresentadas podem ser melhor visualizadas na figura a seguir:

Figura 21: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Itatiaiuçu, anos de 2002 e 2012.



LEGENDA		
Número de viagens em 2002	● Sedes municipais	Número de viagens em 2012
— 0	--- Limites municipais	— 0
— 0.0 - 5.0	■ Município Itatiaiuçu	— 0 - 49
— 5.0 - 16.0	■ Demais municípios RMBH	— 49 - 93
— 16.0 - 120.0		— 93 - 286
— 120.0 - 138.0		— 286 - 523

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos em Itatiaiuçu são com Itaguara, Mateus Leme, Betim e Belo Horizonte, os dois primeiros em virtude de sua proximidade e dinâmica econômica, e os dois últimos em função, provavelmente, da oferta de serviços e equipamentos urbanos. Cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente aos destinos, apresenta-se abaixo o quadro que detalha a origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Itatiaiuçu, em 2002 e 2012.

Quadro 18: Distribuição das viagens com destino a Itatiaiuçu com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

Origem da viagem	Proporção viagens 2002	Proporção de viagens em 2012
Itaguara	0,00%	41,93%
Belo Horizonte	35,43%	22,89%
Mateus Leme	1,51%	11,54%
Betim	39,81%	7,42%
Rio Manso	0,00%	5,02%
Contagem	0,00%	3,96%
Outros	24,25%	7,23%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

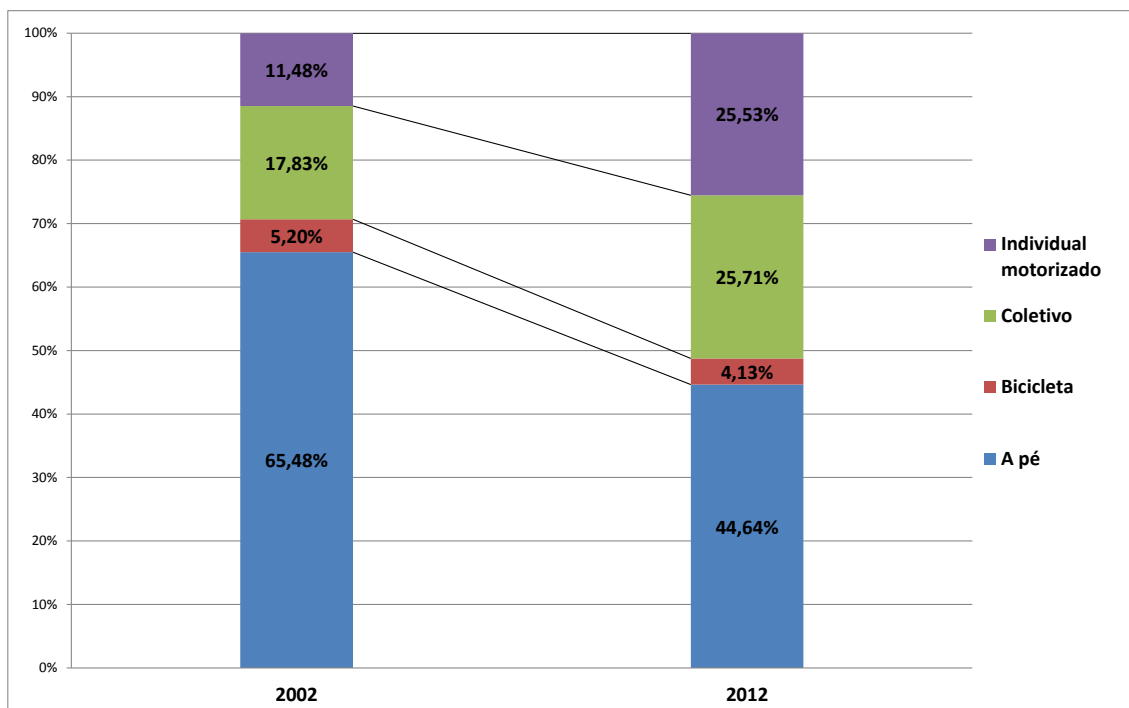
O quadro acima apresenta algumas semelhanças com a composição da figura anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. Na figura, Itaguara tem crescimento de 0% para 41,93% dos deslocamentos para Itatiaiuçu. Mateus Leme também aumenta sua participação, passando de 1,51% para 11,54% entre 2002 e 2012. Betim e Belo Horizonte têm sua participação diminuída como destino das viagens cotidianas, passando de 39,81% e 34,43% em 2002 para 7,42% e 22,89%, respectivamente, entre 2002 e 2012.

Todas essas informações são relevantes para se pensar o planejamento da mobilidade urbana coordenada com o uso e ocupação do solo, além de ser argumento necessário para discussões interfederativas sobre a malha rodoviária que perpassa o município.

8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Itatiaiuçu, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

Figura 22: Distribuição das viagens produzidas em Itatiaiuçu por modo de transporte, em 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

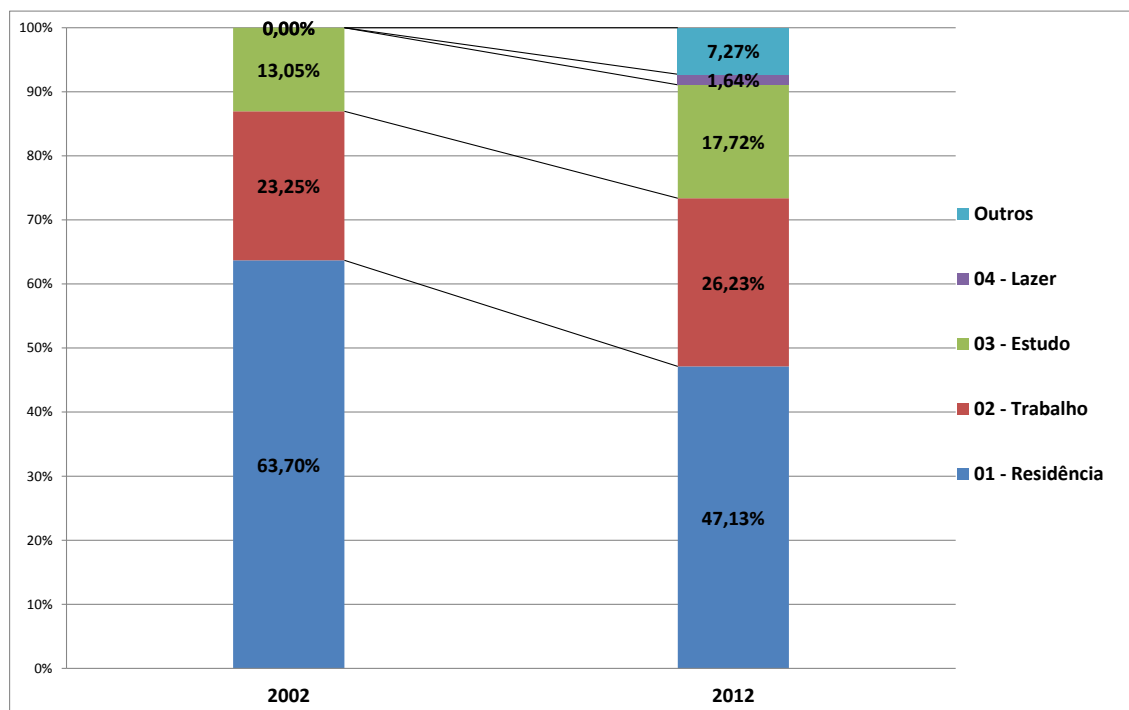
Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Itatiaiuçu, compondo cerca de 45% do total em 2012. Entretanto, é preciso notar que sua participação relativa foi a que mais diminuiu entre 2002 e 2012, passando de 65,48% para 44,64% do total de deslocamentos entre esses anos. A participação do modo bicicleta reduziu-se marginalmente, de

5,20% para 4,13% entre 2002 e 2012, o número absoluto de viagens de bicicleta, entretanto, cresceu, e a proporção continua acima da média metropolitana. Seguindo a tendência nacional, Itatiaiuçu teve grande aumento na proporção de viagens pelo modo individual motorizado, que passaram de 11,48% em 2002 para 25,53% em 2012. Ainda que o número total de viagens tenha duplicado, esses dados permitem inferir que houve substituição de modos de viagens, com viagens que anteriormente eram feitas no modo não-motorizado passando a ser realizadas no modo individual motorizado. Por outro lado, a proporção de viagens pelo modo coletivo aumentou, contrariando a tendência nacional e se alinhando com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assim, é necessário ter essa questão em conta no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na elaboração de outras políticas públicas.

8.3.3 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Itatiaiuçu com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho; 03 – Estudo; 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

Figura 23: Distribuição das viagens produzidas em Itatiaiuçu por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se pode constatar pela figura acima, houve uma diminuição significativa da participação do motivo residência, que passou de 63,70% para 47,13% entre 2002 e 2012, indicando um aumento da diversidade de motivos para os deslocamentos cotidianos. O motivo trabalho e o motivo estudo tiveram, ambos, um ligeiro aumento de sua participação proporcional nas viagens entre os anos de 2002 e 2012, passando de 23,25% para 26,23% e de 13,05% para 17,72%, respectivamente. Os outros motivos de deslocamentos, considerados “não-obrigatórios” passaram de 0% para 8,91%, em dez anos. Esses dados deverão ser aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

Por fim, apresentam-se alguns dos dados que ainda serão levantados para melhor compor o cenário de análise da mobilidade urbana em Itatiaiuçu.

9 AGRICULTURAS

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Itatiaiuçu foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados,

aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

O Município de Itatiaiuçu possui um forte potencial para a produção de hortifrutigranjeiros e comercialização de oleaginosas, tais como girassol, mamona e outras espécies destinadas à indústria do biocombustível. Este potencial está

associado, ainda, à representatividade da sua população rural, como se pretende ilustrar com os diversos dados relacionado às Agriculturas municipais a seguir.

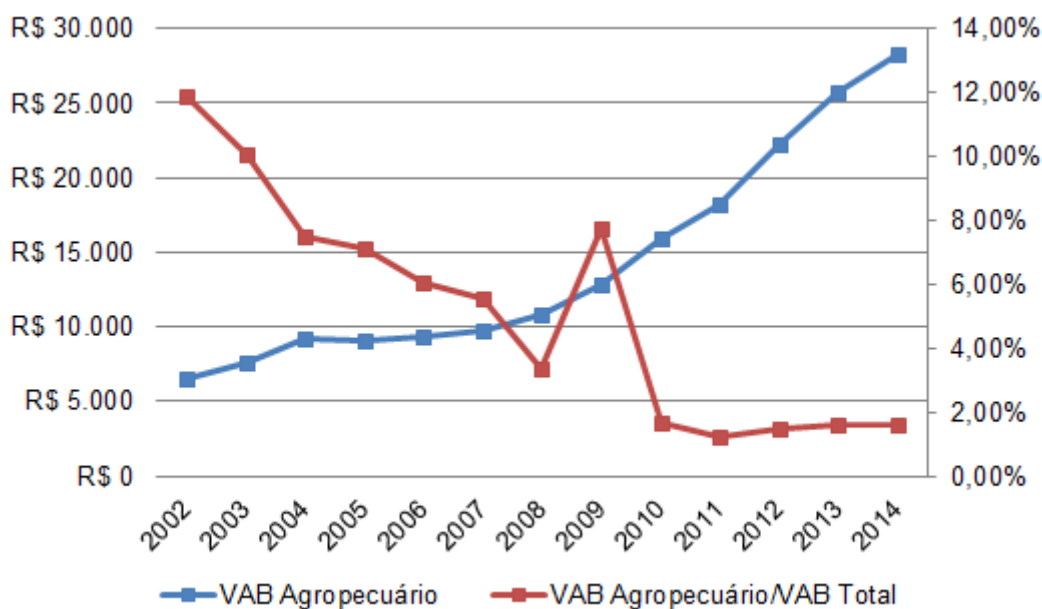
9.1 Produção

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o setor agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do setor agropecuário em Itatiaiuçu, para o ano de 2012, foi de R\$ 16.520,51 mil, representando 1,44% do PIB total do município. Trata-se do 18º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Itatiaiuçu, em 2014, era de R\$ 28.269 mil, representando 1,57% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa a 16ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total.

A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: de modo geral, a participação do VAB Agropecuário no VAB Total da economia acompanhou o desempenho do VAB Agropecuário. Após uma tendência constante à queda desde 2002, em 2009, houve um pico da participação do VAB Agropecuário no VAB total, que chegou a alcançar a taxa de 7,77% de representatividade. Porém, esta vem declinando desde então, embora o VAB Agropecuário em si aumentou continuamente no período considerado de 2002-2014. Isso pode ser compreendido devido à forte participação de outros setores na economia local, como é o caso da mineração. O VAB total em 2014 de Itatiaiuçu foi de R\$ 1.795.051.

Figura 24: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)¹⁸. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Itatiaiuçu se destaca na produção de mel, sendo o 4º município que mais produz na RMBH, na quantidade

¹⁸ Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

de rebanhos de caprinos, sendo o 6º município com o maior número, na quantidade de rebanhos de bubalinos e suínos, sendo o 9º município com o maior número, na produção de leite e criação de galos, frangas, frangos e pintos, sendo o 10º com o maior número dentro todos da RMBH. Além disso, em Itatiaiuçu ocorre a produção de ovos de galinha; rebanhos de bovinos, equinos e ovinos; e a criação de galinhas.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias¹⁹. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Itatiaiuçu são: cana, tomate e milho.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal²⁰. Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Itatiaiuçu possuía 30 produtores cadastrados na central, sendo o 7º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH

¹⁹ Nas análises deste foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

²⁰ Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

com a venda de 6.195,94 toneladas de produtos, sendo o 10º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$6.973.382,30 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 10º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, chuchu, couve-flor e brócolis se destacaram como os principais produtos, considerando a quantidade de produtos fornecidos à CEASAMINAS/BH pelo município. O município é destaque no fornecimento de brócolis, fava e couve-flor, no qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Itatiaiuçu produziu Feijão 1a. Safra, Milho, Cana-de-Açúcar, Eucalipto, Tangerina, Vagem, Quiabo, Pepino, Moranga Comum, Abobrinha, Berinjela, Tomate Mesa, Jiló, Mandioca Mesa, Pimentão, Chuchu, Milho Verde, Brócolis, Couve-Flor e Milho Silagem, totalizando 1.932,00 hectares de área produtiva²¹. A produção estimada foi de 69.766,75 toneladas, sendo que 31.669,25 toneladas advém de agricultores familiares, correspondendo a 45,39% da produção. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015²² revelaram que, em Itatiaiuçu, a produção pecuária se baseia na Apicultura - totalizando 65

²¹ Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

²² Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovinocultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

colmeias e uma produção de 1.430,00 kg de mel, na Bovinocultura de Leite - totalizando 2.900.000,00 litros de leite a partir do ordenhamento de 1.685 vacas, e no Confinamento Bovino - com 450 animais confinados e produzindo 111,38 toneladas no total. A produção da Apicultura é feita 100% por agricultores familiares, enquanto 35% da produção da Bovinocultura de Leite e 5% do Confinamento Bovino é feita por eles.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Em Itatiaiuçu, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, não há cadastro desse tipo de produção.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos²³. Outro certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica²⁴. Para o município de Itatiaiuçu não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados.

9.2 Emprego

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no setor Agropecuário

²³ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos. Acesso em: 05/04/2017.

²⁴ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica. Acesso em: 05/04/2017.

no município de Itatiaiuçu em 2015 é de 72, o que corresponde a 2,74% do total dos vínculos ativos neste município. Este valor é baixo se considerar o alto índice de população rural que vive no município. De todo modo, na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, o que confirma o argumento de que essa informação não capta a expressividade que a agropecuária pode exercer em municípios menores da região.

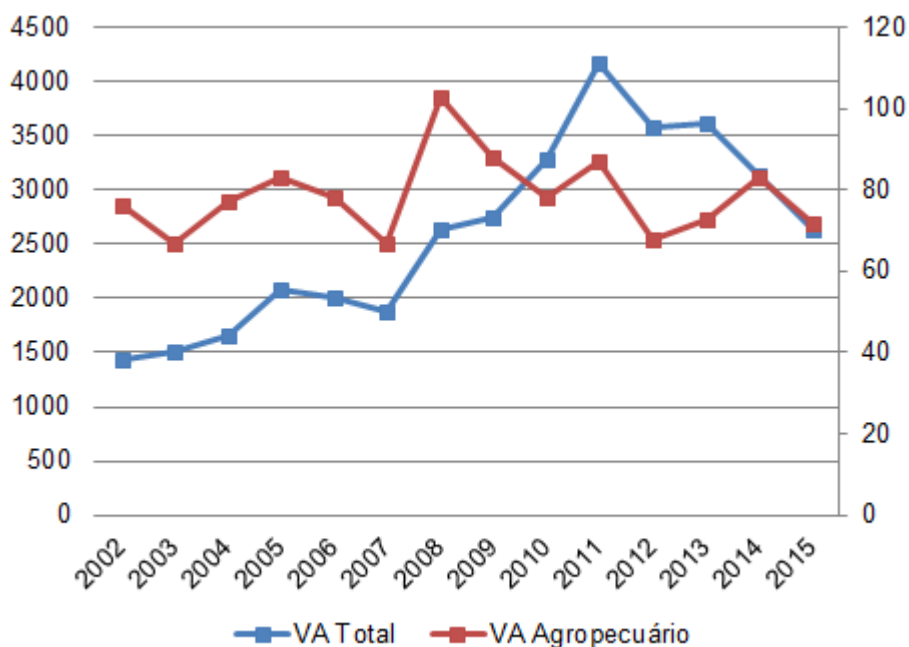
Quadro 19: População total e urbana (2000 e 2010), Itatiaiuçu e RMBH

LUGAR	POPULAÇÃO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO TOTAL (2010)	POPULAÇÃO RURAL (2000)	POPULAÇÃO RURAL (2010)	% RURAL (2000)	% RURAL (2010)
Itatiaiuçu	8.517	9.928	3.478	3.707	40,84%	37,34%
RMBH	4.357.943	4.883.970	109.993	93.633	2,52%	1,92%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano - Censo Demográfico (IBGE).

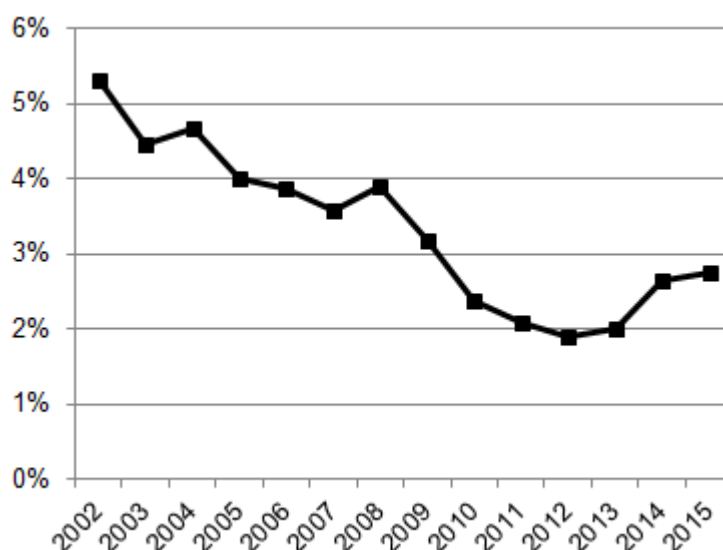
A Figura abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no setor Agropecuário, mostrando como esse apresentou uma baixa variação, se comparado aos outros grandes setores. Em geral, o crescimento dos vínculos ativos na economia de 2002 a 2015 foram revertidos numa pequena redução dos vínculos ativos no setor Agropecuário, de 76 para 72. O total dos vínculos ativos em 2015 foi de 2.629, os quais sofreram um incremento de 83,33% no período 2002-2015. Na Figura em seguida é possível perceber uma queda da participação do trabalho agropecuário no emprego total no período considerado: de 5,30% em 2002, a participação reduziu para 2,74% no fim do período considerado.

Figura 25: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

Figura 26: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Itatiaiuçu

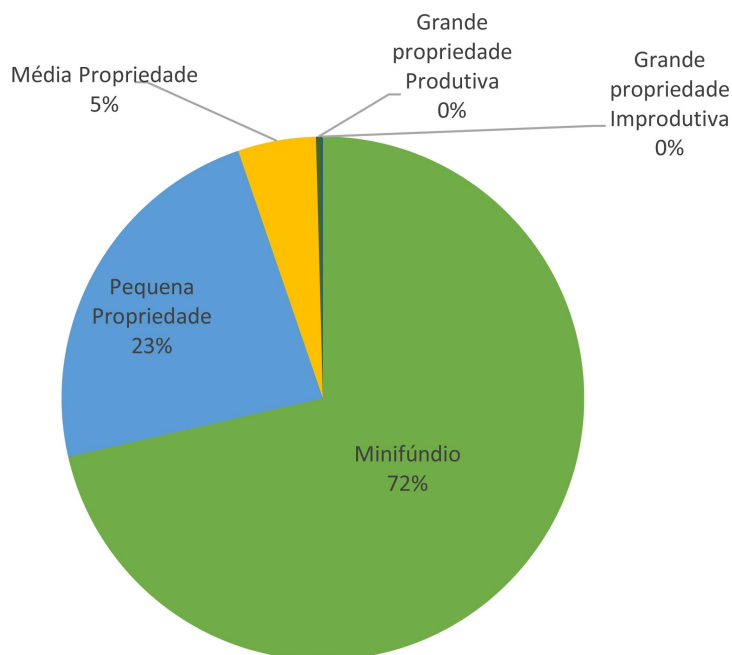


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

9.3 Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Itatiaiuçu tem como unidade de referência o módulo fiscal de 20 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Itatiaiuçu possuía em 2005 um total de 1.231 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 5,75% do total da RMBH. Esse total se divide em: 679 minifúndios, 222 pequenas propriedades, 46 médias propriedades e 4 grandes propriedades, sendo que 25% das grandes propriedades são improdutivas. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

Figura 27: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).

A extensão territorial de Itatiaiuçu é de 29.514,50 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 3,12% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Itatiaiuçu era de 262, distribuídos em 203 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 59 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Itatiaiuçu possui 7.464,00 hectares, o que equivale a 25,3% do território municipal. Desse total, somente 3.153,00 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 20: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Itatiaiuçu

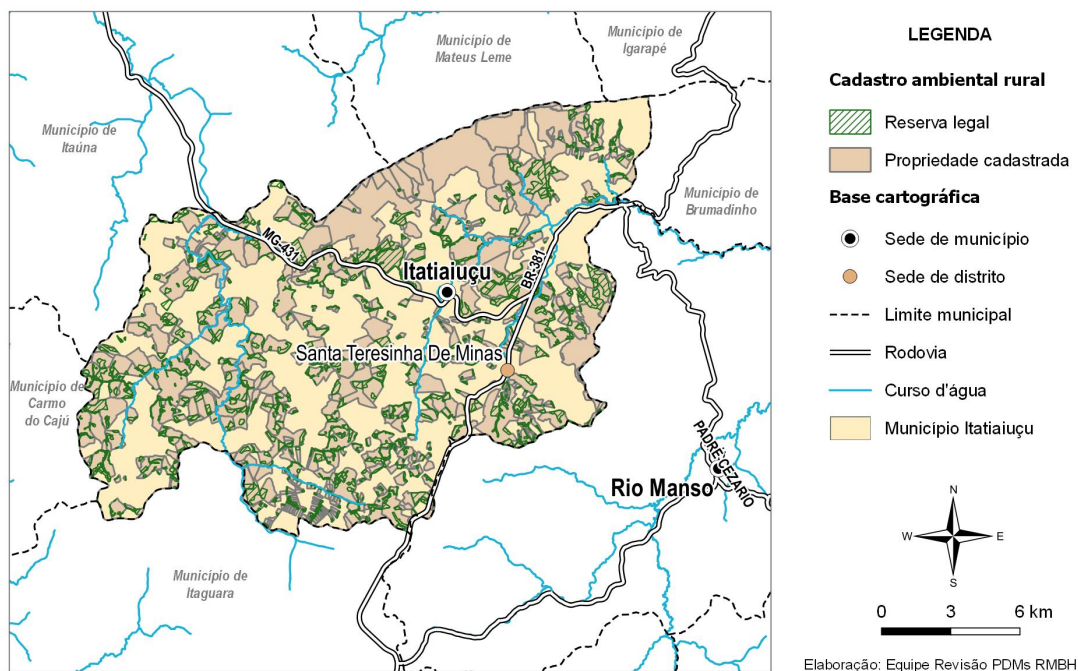
DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
Extensão Territorial	-	-	29.514,50 ha	100%
Estabelecimentos de Agricultura Familiar	203	77,5%	3.153,00 ha	10,7%
Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar	59	22,5%	4.311,00 ha	14,6%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Itatiaiuçu há um total de 585 imóveis cadastrados, somando 15.721,41 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura

abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Itatiaiuçu.

Figura 28: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.

9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Itatiaiuçu nos últimos anos. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 em relação ao exercício anterior é grande, chegando a um valor inferior à Safra de 2009/2010. Destaca-se, ainda, o

crescimento dos contratos e do valor do crédito ao PRONAF na safra 2013/2014, que chegou a atingir o valor de R\$ 840.243,41.

Quadro 21: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Itatiaiuçu

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2009/2010	43	R\$ 541.566,75
2010/2011	37	R\$ 420.400,30
2011/2012	22	R\$ 211.197,44
2012/2013	26	R\$ 438.793,43
2013/2014	34	R\$ 840.243,41
2014/2015	31	R\$ 731.159,40
2015/2016	4	R\$ 104.699,05

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Itatiaiuçu, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 1.604.826,08. Isso representa 0,38% do crédito total da RMBH de R\$ 425.576.984,39 - somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como

associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Itatiaiuçu, há registros de 88 DAPs no total, sendo 48 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei Nº 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Itatiaiuçu em 2015 somaram R\$ 107.280,00, a serem divididos em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

No Quadro abaixo, é possível visualizar a evolução do repasse de 2012 a 2015. Vale ressaltar que não foram disponibilizadas informações referentes ao gasto com a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE no município de Itatiaiuçu, de modo que não é possível avaliar se o valor transferido para a Agricultura Familiar se encontra em conformidade ou não com a legislação.

Quadro 22: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Itatiaiuçu

ANO	VALOR DOS REPASSES DO PNAE
2012	R\$ 94.032,00
2013	R\$ 81.536,00
2014	R\$ 94.400,00
2015	R\$ 107.280,00

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

10 MINERAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Itatiaiuçu quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica buscou-se compreender a presença da mineração no município de Itatiaiuçu, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base de dados, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Itatiaiuçu, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM, responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

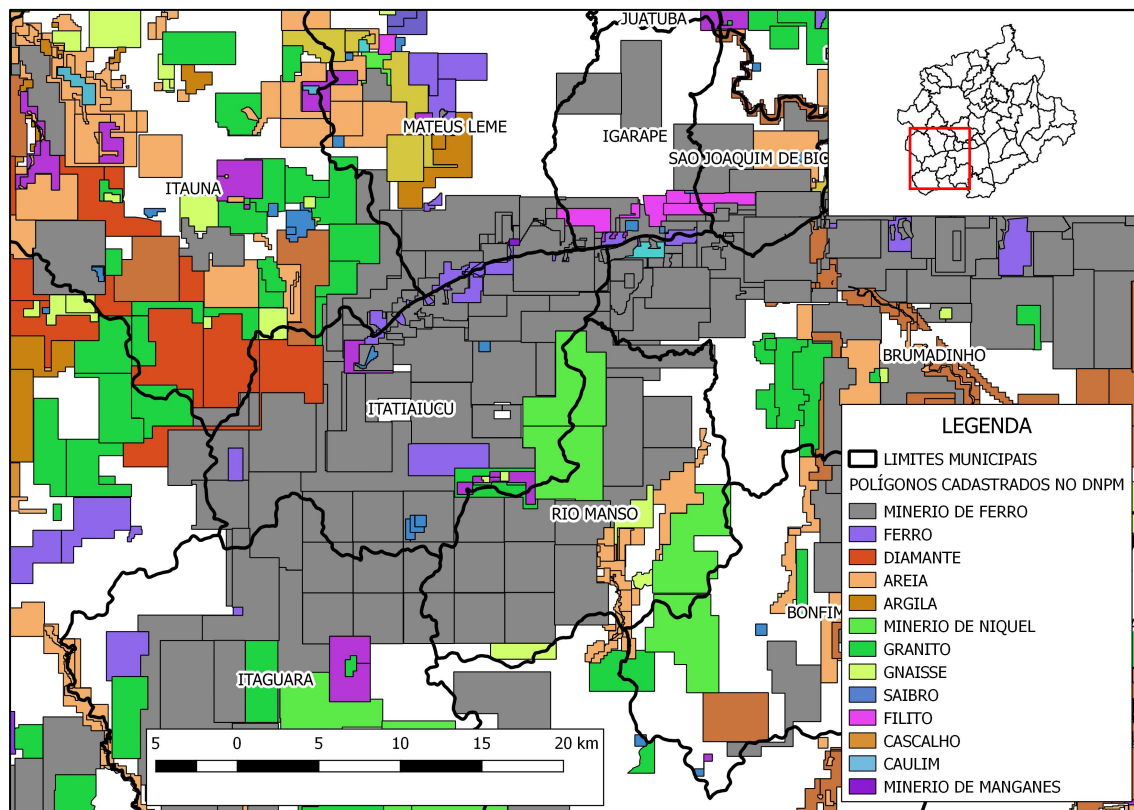
Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Itatiaiuçu

O vetor sudoeste da RMBH, onde se localiza Itatiaiuçu, é marcado por uma ampla faixa no sentido nordeste – sudoeste na qual predominam jazidas de ferro e minério de ferro. Ao norte, já nos municípios de Itaúna e Mateus Leme, nota-se uma maior diversificação, com a presença de jazidas de diamantes, argilas, granitos, areia, granulito, saibro, gnaisse. Ao leste de Itatiaiuçu, na divisa com o município de Rio Manso, nota-se a presença de jazidas de minério de níquel e, mais a leste, nas proximidades da calha do Rio Manso, são identificadas concentrações de areia.

É importante destacar que, nesses polígonos delimitados pelo DNPM, constam todos os regimes previstos no Regulamento do Código da Mineração (autorização, concessão, licenciamento, matrícula e monopólio), bem como as atividades de pesquisa e lavra (BRASIL, 1968). Isso implica que tais polígonos não são constituídos, exclusivamente, por áreas de extração de minérios, mas sim por delimitações ligadas às diferentes etapas que compõem a produção minerária.

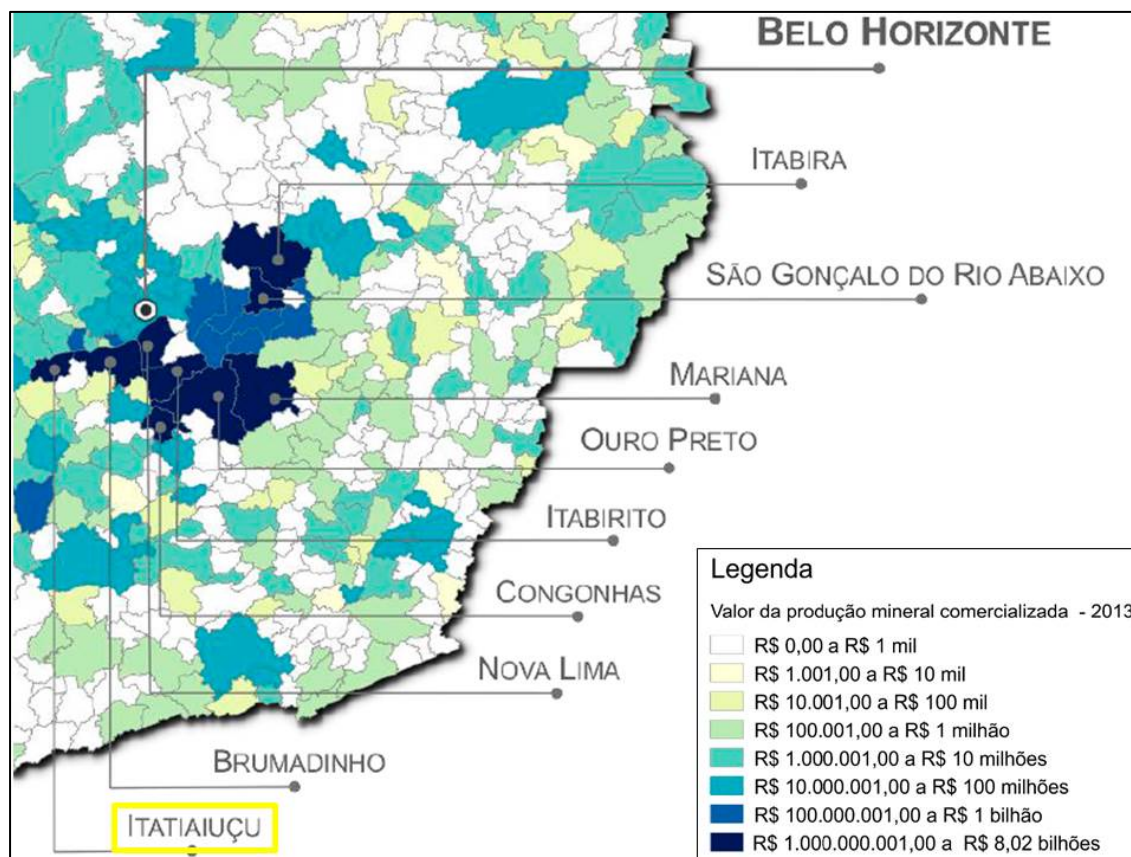
Figura 29: polígonos cadastrados no DNPM situados em Itatiaiuçu e seu entorno



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma presença relevante da atividade no território municipal de Itatiaiuçu.

Figura 30: valor da produção mineral comercializada por município – 2013



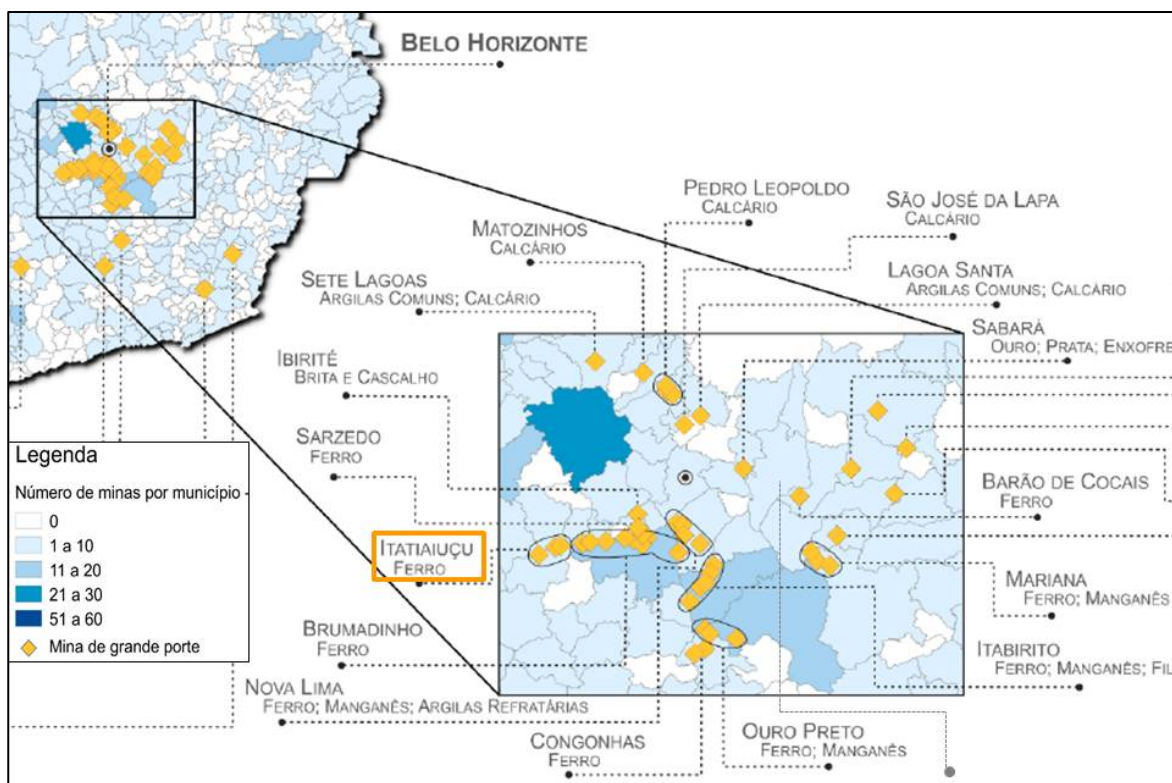
Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

Na figura acima o município de Itatiaiuçu, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na primeira faixa quanto à classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. Segundo o referido relatório teria sido comercializado em Itatiaiuçu um montante entre um e oito bilhões de reais. Quanto à evolução desses critérios entre 2010 e 2013, nota-se que a produção minerária em Itatiaiuçu tem sistematicamente ocupado posições de destaque em termos de produção mineral comercializada. A única queda nesse quesito teria ocorrido no ano de 2011, quando foi comercializado no município um montante entre 100 milhões e um bilhão de reais (DNPM, 2014).

De acordo com o cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, o município de Itatiaiuçu possui três minas de grande porte (cuja produção bruta é

superior a 1.000.000 de toneladas por ano) em seu território, contendo, entre 2010 e 2013, a mesma quantidade de minas (entre 01 e 10).

Figura 31: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013



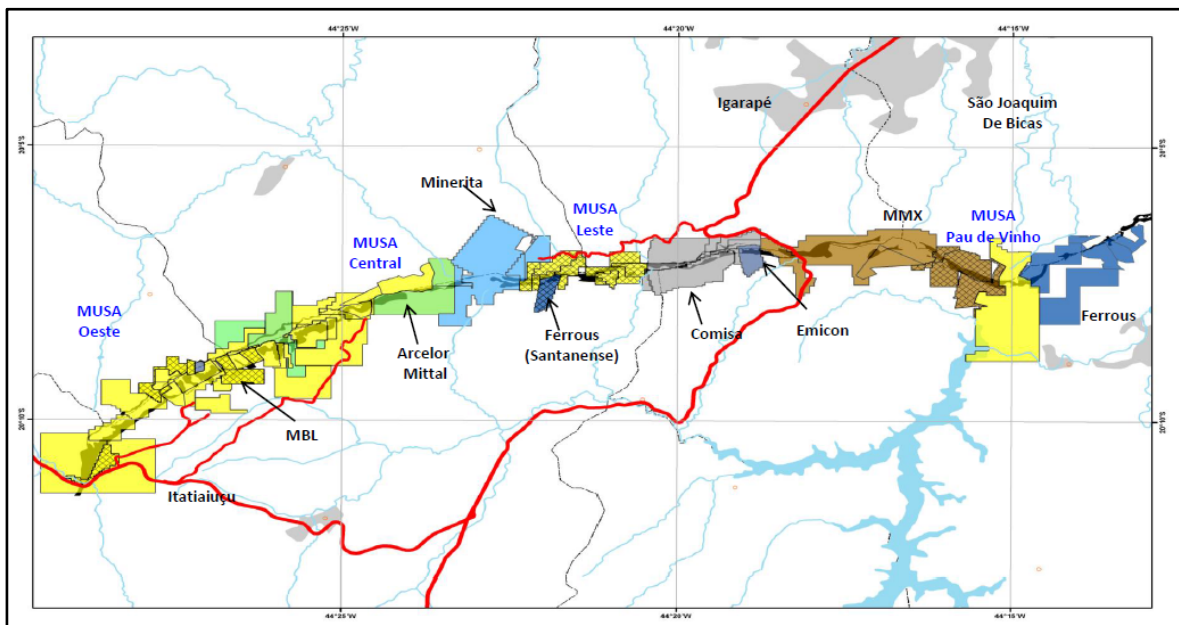
Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

10.2 A atividade minerária no território municipal de Itatiaiuçu

Sobre a atividade minerária no território municipal de Itatiaiuçu, nota-se que esta é estruturada principalmente ao norte do município, ao longo da Serra homônima. Conforme verificado na figura abaixo, praticamente toda a Serra está concedida à atividade minerária, marcada pela presença de importantes grupos econômicos nacionais e internacionais: Usiminas, MBL, Arcelor Mittal, Minerita, Comisa, Emicon, MMX e Ferrous Resources do Brasil. Salvo alguns trechos ainda conservados, como a área do Pico do Itatiaiuçu ou Pedra Grande, tombado pelo município de Igarapé através do Decreto Municipal n.º 1.318/2008, as demais áreas têm sido objeto de intensa atividade minerária (ITATIAIUÇU, 2008). A imagem mostra também que, no contexto da Serra do Itatiaiuçu, há uma

peculiaridade ligada à presença de empresas de menor porte explorando a área. Dentre estas são aqui destacadas a Materiais Básicos LTDA – MBL, a Minerita Minérios LTDA, a Companhia de Mineração Serra Azul – COMISA, ambas sediadas em Itaúna, MG, e a Emicon Mineração, sediada em Belo Horizonte, MG. Tais empresas são exceções frente aos processos de aquisição empreendidos pelos grandes grupos controladores da produção mínero-siderúrgica no Brasil. As companhias minerárias de menor porte são marcadas pela gestão familiar e tem como destino principal a produção de ferro gusa, presente em municípios do centro-oeste mineiro, como Itaúna, Cláudio e Divinópolis.

Figura 32: Minerações estabelecidas na Serra de Itatiaiuçu, MG



Fonte: Usiminas (2014).

Outra observação sobre a produção minerária estabelecida na Serra de Itatiaiuçu liga-se à proximidade entre essa atividade e os mananciais de abastecimento de água situados no entorno. Na imagem acima é possível perceber a proximidade com o Reservatório de Rio Manso, cujo vertedouro praticamente coincide com a extremidade leste da Serra. Ao norte, a menos de 10 quilômetros e tendo a Serra do Itatiaiuçu como limite conformador da bacia hidrográfica, encontra-se o

Reservatório de Serra Azul. Ambos os reservatórios são de grande importância para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além dos casos acima discutidos, existem 474 processos minerários cadastrados no DNPM no território de Itatiaiuçu. Destes, 338 estão inativos e apenas 136 estão ativos. Nesse universo, 218 indicam o ferro ou o minério de ferro como substâncias principais; 52, o ouro ou o minério de ouro; 45, o manganês ou o minério de manganês.

No âmbito da arrecadação, verifica-se que os valores obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM podem ser considerados significativos.

Quadro 23: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Itatiaiuçu

ANO	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (R\$ CORRENTES)
2000	0,00
2001	342.346,69
2002	0,00
2003	665.217,35
2004	1.524.940,18
2005	2.672.334,63
2006	3.526.450,24
2007	4.250.917,31
2008	6.647.944,33
2009	8.155.776,74
2010	14.838.402,22
2011	14.838.402,22

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Como pode ser verificado no quadro acima, de uma arrecadação na ordem de R\$0,00, verificada nos anos de 2000 e 2002, o município alcança uma arrecadação equivalente a R\$6.647.944,33 em 2008, e o valor atinge um patamar

maior que o dobro deste em 2011, quando R\$14.838.402,22 são encaminhados a Itatiaiuçu na forma de CFEM (Fundação João Pinheiro, 2013).

No que tange a participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Itatiaiuçu, chama a atenção o crescimento desta entre os anos de 2000, quando tal atividade respondeu por 37,10% do total, e 2010, quando a participação atingiu valores correspondentes a 84,81%.

Quadro 24: participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Itatiaiuçu

ANO	PARTICIPAÇÃO DA EXTRATIVA MINERAL NO VAF (%)
2000	37,10
2001	40,30
2002	38,20
2003	51,20
2004	62,60
2005	71,70
2006	74,20
2007	70,90
2008	78,80
2009	82,49
2010	84,81

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

11 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Itatiaiuçu têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais abrangente do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

1. **Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
2. **Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.
3. **Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
4. **Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar

infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

11.1 Produção

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores²⁵. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez,

²⁵ O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e

possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Itatiaiuçu indica uma muito expressiva evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 133.482.000,00 em 2004 para R\$ 1.840.594.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 1.278,91% com taxa de crescimento anual igual a 30%.

Quadro 25: PIB a preços correntes. 2004-2014. Itatiaiuçu e RMBH

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Itatiaiuçu	RMBH	
2004	133.482,00	71.802.492,00	0,19%
2005	138.179,00	80.335.006,00	0,17%
2006	170.134,00	90.914.533,00	0,19%
2007	192.730,00	105.126.590,00	0,18%
2008	343.487,00	124.733.451,00	0,28%
2009	179.772,00	127.738.998,00	0,14%
2010	975.684,00	160.497.850,00	0,61%
2011	1.520.796,00	182.774.152,00	0,83%
2012	1.550.406,00	199.649.079,00	0,78%
2013	1.682.497,00	222.833.072,00	0,76%
2014	1.840.594,00	228.096.052,00	0,81%
Variação percentual	1278,91%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	30,00%	12,25%	-

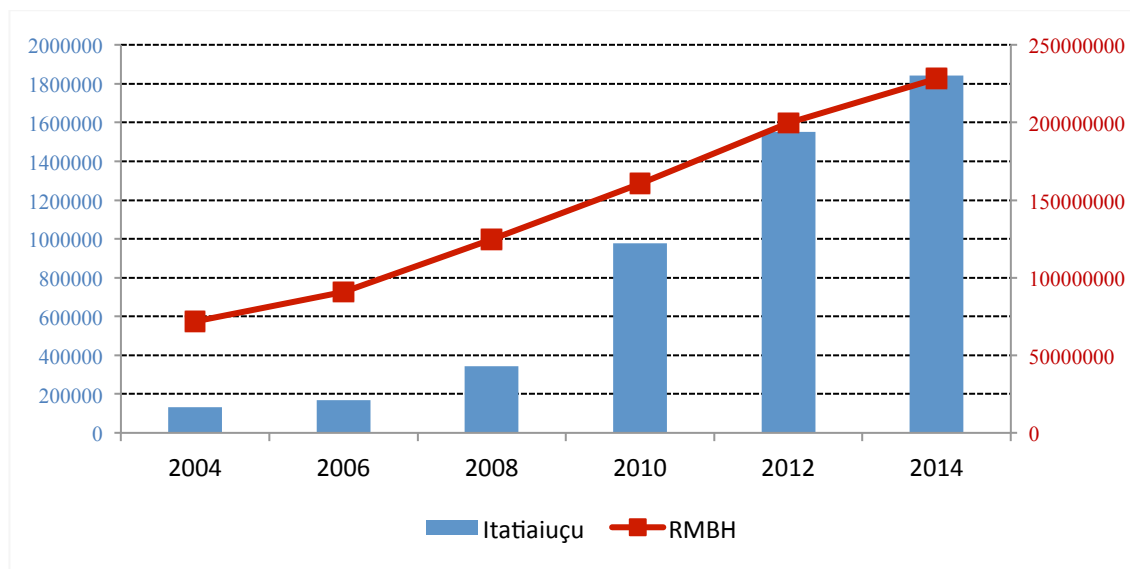
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos comparativos, percebe-se que Itatiaiuçu, apresenta variação percentual e taxa de crescimento consideravelmente maiores que da RMBH como um todo. Dessa forma, a representatividade do PIB local em relação ao

organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

metropolitano apresenta trajetória crescente ao longo do período, indo 0,19% e 0,81%. A figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

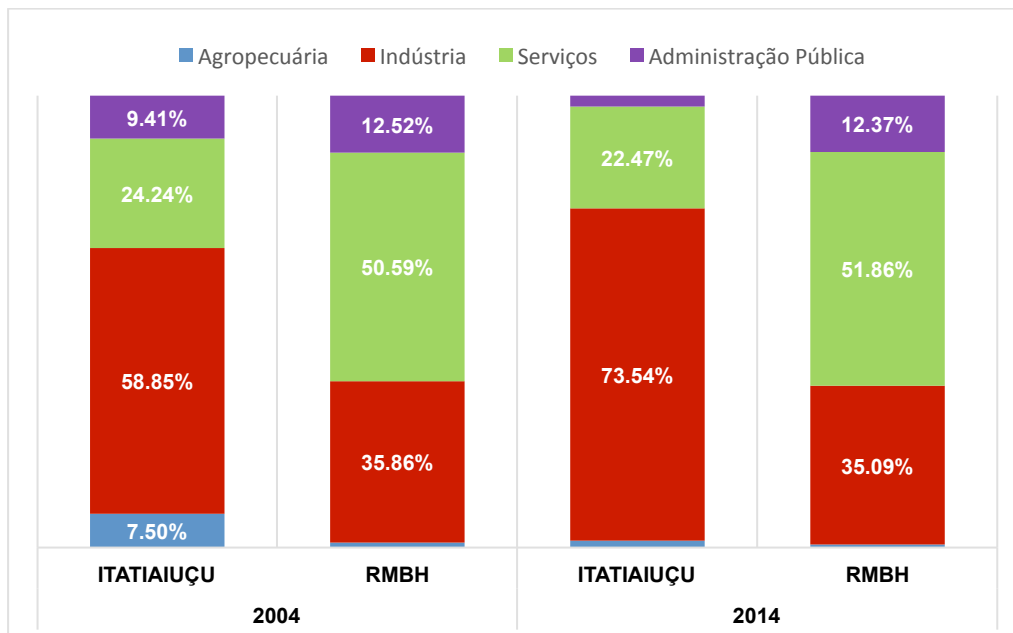
Figura 33: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Itatiaiuçu-MG e RMBH. 2004-2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

A distribuição setorial permite uma melhor compreensão dessa realidade. Enquanto para a RMBH, o Setor de Serviços apresenta maior representatividade na composição do Produto, Itatiaiuçu encontra na Indústria sua principal fonte de geração de riqueza.

Figura 34: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Itatiaiuçu e RMBH. 2004, 2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

No período a representatividade da Indústria – atividades intensivas em capital – aumenta consideravelmente, passando de 58,85% em 2004 para 73,54% em 2014, percentuais bastante superiores à média metropolitana. No outro extremo a Administração Pública e a Agropecuária tem a participação consideravelmente reduzida em termos de composição do PIB.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo.

O quadro abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

Quadro 26: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Itatiaiuçu e RMBH. 2004, 2014.

Setores	2004		2014	
	Itatiaiuçu	RMBH	Itatiaiuçu	RMBH
Agropecuária	9.197,00	624.163,00	28.269,00	1.346.869,00
Indústria	72.140,00	21.573.168,00	1.320.030,00	69.425.676,00
Serviços	29.714,00	30.434.567,00	403.387,00	102.598.004,00
Administração Pública	11.539,00	7.531.541,00	43.364,00	24.474.677,00
Total	122.589,00	60.163.439,00	1.795.051,00	197.845.226,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (IBGE).

11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Através dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Itatiaiuçu como para toda a RMBH.

O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto –

apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Itatiaiuçu como na RMBH.

Quadro 27: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Itatiaiuçu, RMBH. 2007, 2011, 2015

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Itatiaiuçu	RMBH	Itatiaiuçu	RMBH	Itatiaiuçu	RMBH
Indústria	67,93%	14,95%	67,07%	14,37%	61,89%	13,84%
Construção Civil	2,08%	7,57%	9,86%	8,75%	0,15%	7,79%
Comércio	10,78%	14,70%	7,71%	15,65%	12,63%	17,66%
Serviços	15,64%	62,08%	13,28%	60,76%	22,59%	60,14%
Agropecuária	3,58%	0,71%	2,08%	0,46%	2,74%	0,57%
Valor Absoluto	1.874	1.665.625	4.178	1.962.763	2.629	1.794.120
Variação percentual 2015 -2007					40,29%	7,71%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE

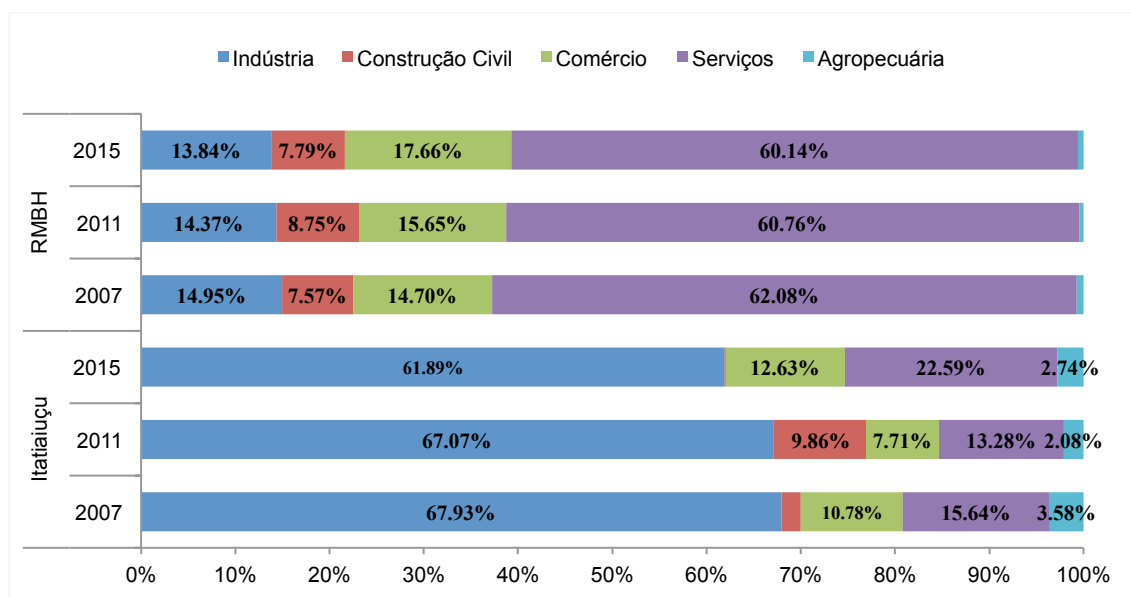
Como se percebe há em Itatiaiuçu expressivo aumento no número de empregados formais no município – 40,29% -, acréscimo dado percentualmente, sobretudo no setor de serviços. Em termos absolutos o número de vínculos ativos declarados pelo setor passa de 1840 em 2007 para apenas 2611 em 2015. Construção Civil e Agropecuária, por sua vez passam por queda tanto percentual como do número absoluto de empregos gerados no período.

Na localidade, é a Indústria a grande responsável pela oferta de postos de trabalho formais, respondendo em 2015 por mais de 60% dos empregos. Tal percentual sofre redução entre os anos apontados ainda que em valores absolutos o aumento seja considerável passando de 1273 vínculos ativos em 2007 para 1627 em 2015. Esse acréscimo apresenta rebatimento no aumento da participação do VAB Indústria na composição do PIB como apontado anteriormente.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado no Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de -8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta o figura abaixo.

Figura 35: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Itatiaiuçu, RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Itatiaiuçu como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

Quadro 28: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Itatiaiuçu. 2005 – 2015

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2005 - 2015
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Extrativa Mineral	1396	2095	2546	1685	945	759	83,93%
Administração Pública	313	364	391	332	154	411	-23,84%
Comércio Varejista	310	352	314	215	193	159	94,97%
AlojComunic	124	120	66	49	33	32	287,50%
Transporte e Comunicações	96	163	57	29	30	39	146,15%
Agricultura	72	73	87	88	67	83	-13,25%
Indústria Química	59	68	76	82	80	236	-75,00%
Alimentos e Bebidas	54	122	87	53	34	24	125,00%
Indústria Têxtil	52	47	18	0	0	0	-
Adm Técnica Profissional	26	23	14	10	61	63	-58,73%
Prod. Mineral Não Metálico	25	12	4	0	2	2	1150,00%
Comércio Atacadista	22	8	8	13	9	10	120,00%
Madeira e Mobiliário	17	10	4	0	0	0	-
Instituição Financeira	17	18	10	6	5	2	750,00%
Indústria Metalúrgica	16	31	60	74	211	204	-92,16%
Médicos Odontológicos Vet	13	34	10	3	5	2	550,00%
Indústria Mecânica	7	5	7	35	0	0	-
Ensino	5	8	7	3	5	9	-44,44%
Construção Civil	4	71	412	76	39	39	-89,74%
Papel e Gráf	1	0	0	3	1	0	-
Total	2629	3624	4178	2756	1874	2074	26,76%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Itatiaiuçu, a atividade Extrativa Mineral – inserida no setor industrial - é aquela que assume o maior número de vínculos. Segue-se a ela a Administração Pública e o Comércio Varejista.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. Prod. Mineral Não Metálico: 1150,0%;
2. Instituição Financeira: 750,0%;
3. Médicos Odontológicos Vet: 550%
4. AlojComunic²⁶: 287,5%;

Ressalta-se que as 3 primeiras, apesar do expressivo acréscimo percentual, tem muito baixa expressão em termos absolutos no volume de mão de obra empregada, respectivamente iguais a 25 e a 17 vínculos ativos em 2015. Sublinha-se ainda a Indústria têxtil que em 2005 não possuía nenhuma vínculo ativo e em 2015 ofertou 53 postos de trabalho.

Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

1. Indústria Metalúrgica: -92,16%;
2. Construção Civil: -89,24%;
3. Indústria Química: -75%
4. Adm. Técnica e Profissional: -58,73%;
5. Ensino: -44,44%;

²⁶ Incorpora serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;
5. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;
3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%
5. Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

**Quadro 29: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.
 2005 – 2015**

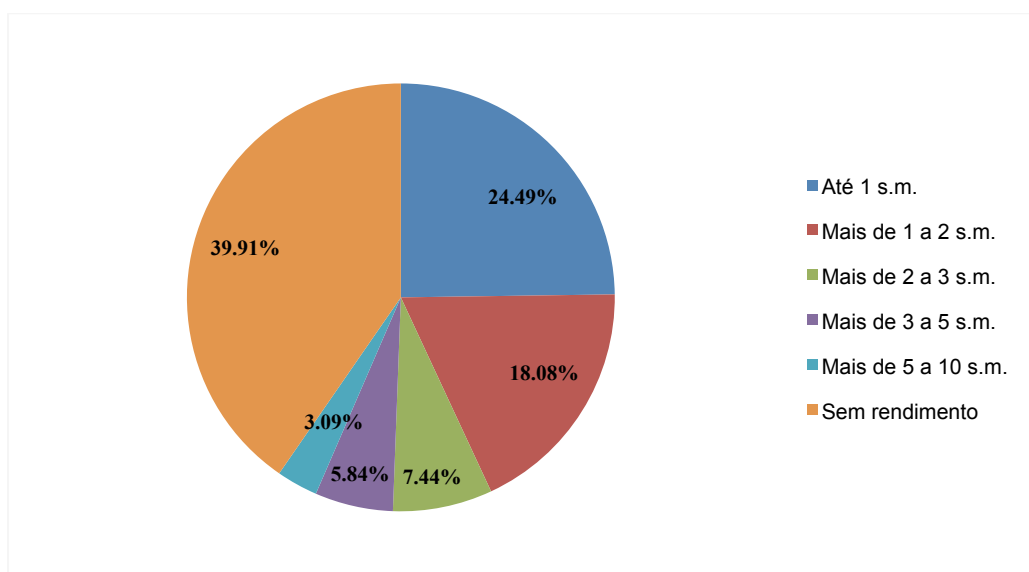
Classificação das Atividades	Ano						Variação 2005-2015
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%

Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%
Total	1.794.120	1.988.442	1.962.763	1.784.128	1.665.625	1.455.561	23,26%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

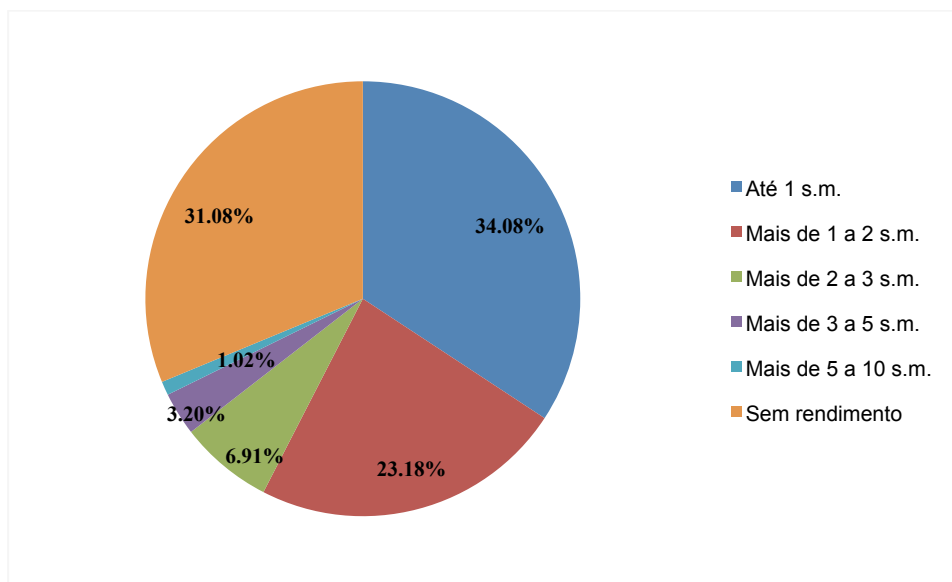
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Itatiaiuçu como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

Figura 36: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Itatiaiuçu. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 37: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Itatiaiuçu. 2010.



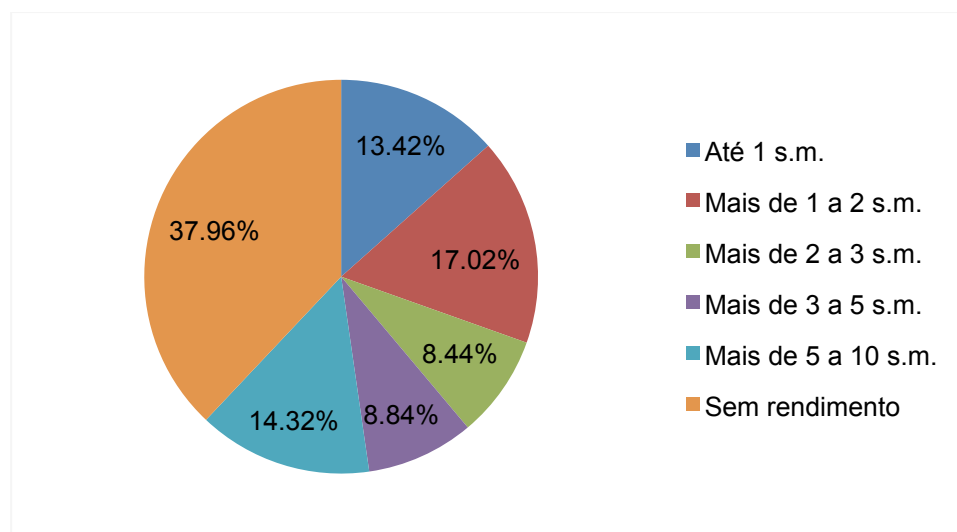
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 57% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 2s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, ainda que marcada pelo aumento dos postos de emprego, sugere que os pontos abertos, ainda que no interior do setor industrial, são para empregos de menor qualificação/remuneração.

De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Itatiaiuçu. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação

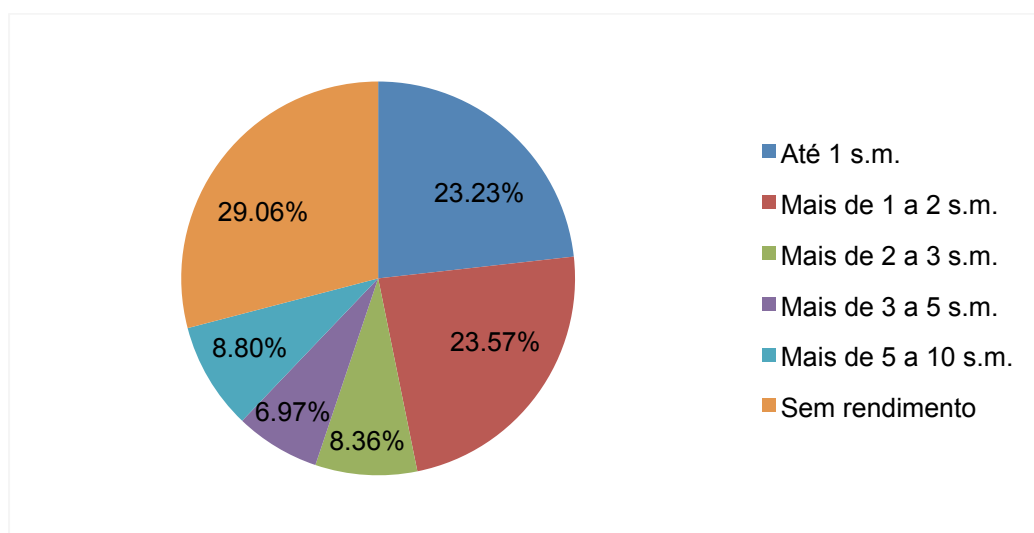
ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

Figura 38: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 39: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

Quadro 30: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Itatiaiuçu e RMBH.

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Itatiaiuçu	Variação RMBH
	Itatiaiuçu	RMBH	Itatiaiuçu	RMBH		
Até 1s.m.	1.673	531.371	2.894	1.090.809	72,98%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	1.235	674.006	1.969	1.106.743	59,43%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	508	334.238	587	392.570	15,55%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	399	350.278	272	327.428	-31,83%	-6,52%
Mais de 5 a 10 s.m.	211	326.799	87	251.041	-58,77%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	54	150.000	26	104.903	-51,85%	-30,06%
Mais de 20 s.m.	25	90.286	17	57.347	-32,00%	-36,48%
Sem rendimento	2.726	1.503.620	2.640	1.364.442	-3,15%	-9,26%
Valor absoluto	6.830	3.960.598	8.493	4.695.283	24,35%	18,55%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de apenas 24,35% e 18,55% para Itatiaiuçu e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1s.m. é de 72,98% e 105,28%. Por outro lado, enquanto a queda no número de pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos é em média de 47% para o município, para a RM tal patamar é de apenas 23%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010²⁷.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- 2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.
- 3. Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
- 4. Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.

²⁷ O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

5. **Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
6. **Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

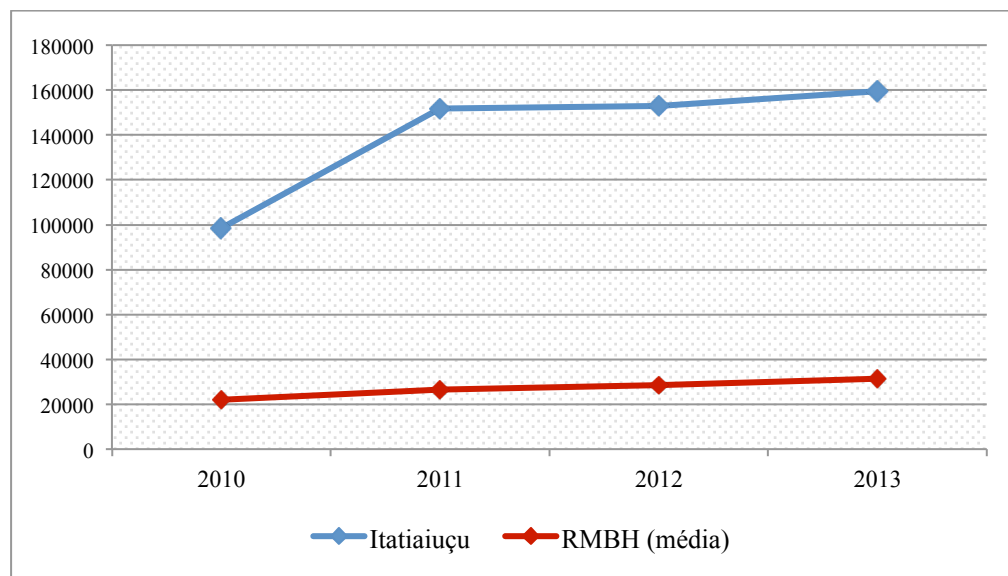
Os dados são apresentados de modo comparativo entre Itatiaiuçu, a RMBH e o Brasil.

Anterior, porém à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Itatiaiuçu bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Itatiaiuçu como na RMBH, conforme ilustrado pelo Figura abaixo.

Incentivada pela significativa elevação dos valores absolutos do PIB, conforme apontado anteriormente, percebe-se que os valores municipais (linha azul) encontram-se bastante acima da média metropolitana (linha vermelha). Assim sendo, enquanto o PIB per capita de Itatiaiuçu passa de R\$ 98.296,35 em 2010 para R\$ 159.386,78 em 2013 - variação percentual de 62,15% e taxa de crescimento anual de 17,48% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.

Figura 40: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Itatiaiuçu e RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Quadro 31: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Itatiaiuçu e RMBH.

Ano	PIB per capita	
	Itatiaiuçu	RMBH (média)
2010	98.296,35	22.000,67
2011	151.777,89	26.573,73
2012	152.817,26	28.400,36
2013	159.386,78	31.273,41
Variação percentual	62,15%	42,15%
Taxa de crescimento anual	17,48%	12,44%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e

desigualdade no município de Itatiaiuçu. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

Quadro 32: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Itatiaiuçu, RMBH e Brasil

Índice	2000			2010		
	Itatiaiuçu	RMBH	Brasil	Itatiaiuçu	RMBH	Brasil
Gini	0,50	0,61	0,64	0,40	0,59	0,60
R1040	12,49	24,21	30,31	7,69	20,13	22,78
PIND	7,64%	3,92%	12,48%	0,81%	1,25%	6,62%
PPOB	59,30%	36,07%	48,39%	31,21%	19,33%	32,56%
Corte1	109,32	162,30	98,26	200,00	263,75	170,00
Corte9	587,58	1.708,08	1.268,86	850,00	2.166,67	1.533,50

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.

Itatiaiuçu se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama

atenção o alto valor da R1040, igual a 7,69 em 2010. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos é assim quase 8 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini, consideravelmente baixo no município, aponta que o dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduz necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se que há significativa redução entre 2000 e 2010. Nesse último ano apenas 0,81% da população de Itatiaiuçu é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil – percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Itatiaiuçu mostra-se bastante superior ao da RMBH – 31,21% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 19% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 24% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 478,26, em 2010 tal valor sobre para R\$ 650,00. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

11.4 Finanças Públicas

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Itatiaiuçu, houve redução da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento, por dois anos consecutivos, em 2016 e 2017, sendo que a queda de 2015 para 2016 foi bruta, com um valor de R\$ 21.801.519,38. O valor previsto para o ano de 2017 foi de R\$64.178.840,92. A Receita Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Itatiaiuçu, observa-se que houve, também, uma redução da Receita Corrente Líquida, de 2014 a 2015 num valor de R\$8.343.668,76.

Por sua vez, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um forte aumento no período entre 2013 a 2015, totalizando um crescimento de R\$29.770.534,91. Assim, desde 2014 a Despesa Executada tem superado o valor da Receita Corrente Líquida. Os dados referentes ao período de 2016 não foram disponibilizados pelo Portal. O

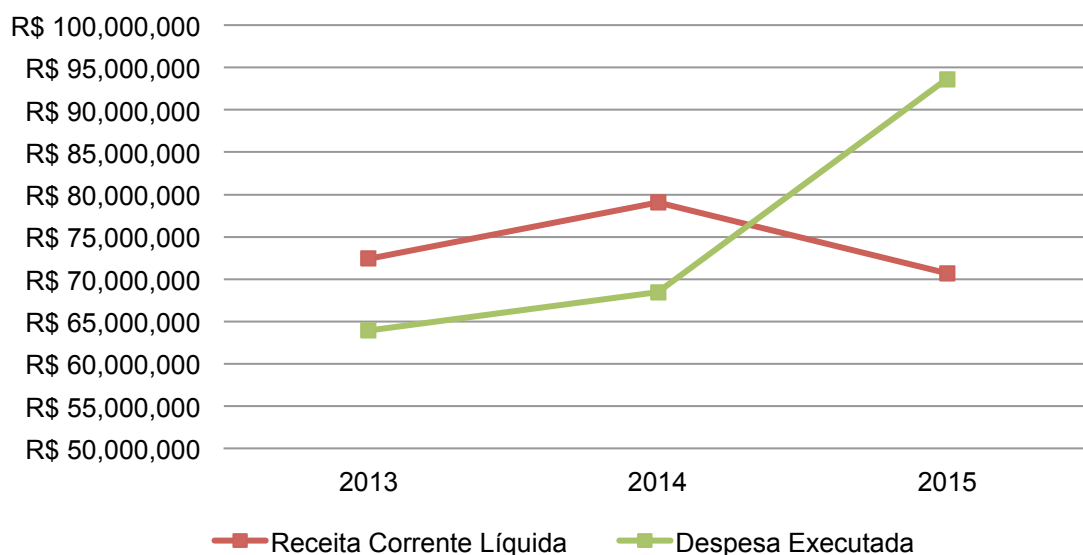
Quadro e a Figura abaixo apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Itatiaiuçu.

Quadro 33: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Itatiaiuçu

Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
2013	R\$ 69.000.000,00	R\$ 72.406.721,85	R\$ 63.892.867,31
2014	R\$ 64.362.558,23	R\$ 79.038.638,70	R\$ 68.455.614,55
2015	R\$ 86.279.050,41	R\$ 70.694.969,94	R\$ 93.663.402,22
2016	R\$ 64.477.531,03	-	-
2017	R\$ 64.178.840,92	-	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

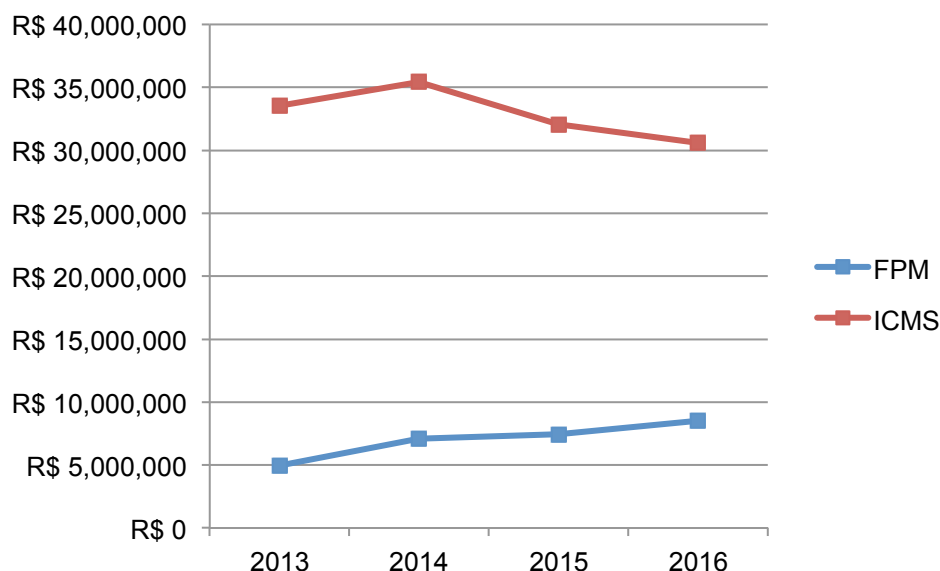
Figura 41: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Itatiaiuçu obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$ R\$ 8.503.530,21 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que o valor das transferências tem reduzido no período compreendido entre 2013-2016, de modo que de janeiro a dezembro de 2016, o município de Itatiaiuçu recebeu o acumulado de R\$30.578.394,43. Vale dizer que, dentre os demais municípios da RMBH, Itatiaiuçu é um dos poucos no qual as transferências relativas ao ICMS superam o FPM: no caso de Itatiaiuçu, o ICMS equivale a 3,5 vezes o valor do FPM, em 2016 - esse multiplicador atingiu o valor de 6,7 no ano de 2013. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

Figura 42: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Itatiaiuçu



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968. Aprova o Regulamento do Código de Mineração.** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1968.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1967.

CAR - Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual do Estado de Minas Gerais – anos base 2010 a 2014.** Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2015.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Pesquisa de processos cadastrados.** Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2017. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/pesquisarProcessos.aspx> acesso em 17/04/2017

FJP - Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/, data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro. **Consulta ICMS – Lei Robin Hood**. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mapa dos Conflitos Ambientais**. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/) . Acesso em 02/05/2017.

IBGE, Cidades. Itatiaiuçu, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf, acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Outorga de uso de recursos hídricos**. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118, data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

LIBÂNIO, Clarice. Um olhar sobre Itatiaiuçu e sua cultura, IN DRUMMOND, Alessandra (org.). Cidades e políticas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. 216 p.

Minas Gerais. Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004. **Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências**. Disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=147>. Acesso em: 29/04/2017.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Itatiaiuçu, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Itatiaiuçu, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu. Dados disponíveis no site <http://www.itatiaiuçu.mg.gov.br/>. Acesso em março de 2017.

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. **Consulta aos municípios**. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em www.rmbh.org.br

UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011. Disponível em www.rmbh.org.br

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

